

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO
LATO-SENSU
GESTÃO EM ARQUIVOS

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E O
ENSINO DA ARQUIVOLOGIA:

os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

ELIANE SILVEIRA GONÇALVES

Cruz Alta, RS, Brasil

2010

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E O ENSINO DA ARQUIVOLOGIA:

OS CASOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA

por

ELIANE SILVEIRA GONÇALVES

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista Gestão em Arquivos

Orientadora: MSC DENISE MOLON CASTANHO - UFSM

Cruz Alta, RS, Brasil

2010

G639 Gonçalves, Eliane Silveira
2010 Políticas públicas arquivísticas e o ensino da Arquivologia :
os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM) / Eliane Silveira Gonçalves. - Cruz
Alta, RS, 2010.
77 f.
Orientadora: Denise Molon Castanho.
Monografia (Especialização *Lato-Sensu*
Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria,
Cruz Alta, 2010.
Bibliografia f: 68-70.
1. Políticas públicas arquivísticas 2. Arquivologia
3. Ensino I. Castanho, Denise Molon (orientadora)
II. Universidade Federal de Santa Maria III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA BRASIL
Curso de Pós-Graduação de Especialização – *Lato Sensu*
Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização

**POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E O ENSINO DA
ARQUIVOLOGIA:**

**os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM)**

Elaborado por
ELIANE SILVEIRA GONÇALVES

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
ESPECIALISTA GESTÃO DE ARQUIVOS

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Ms. DENISE MOLON CASTANHO - UFSM

MS. OLGA MARIA CORREA GARCIA - UFSM

Dr^a GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD - UFSM

MS. ROSANI BEATRIZ PIVETTA DA SILVA - UFSM

Cruz Alta, RS, Brasil

2010

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos às forças divinas que sempre iluminaram meu caminho de várias formas.....

.... me dando uma família louca, intensa, mas que está sempre lá quando eu preciso. Minha mãe, D. Concení, meus irmãos, cunhados, sobrinhas, além de avós, tios, tias, primos e primas. Uma família maravilhosa que esse ano infelizmente perdeu um membro jovem dessa tropa, Deyvison aos 22 anos – esperamos que esteja em um bom lugar.

.....me dando amigos que sempre foram minha segunda família em todo o trajeto de minha vida. Entre esses estão Luciléia Baptista e minha afilhada Dandara, Luana Conceição – que me ajudou com as correções deste e outros trabalhos, Ludmila Carvalho, Maria Auxiliadora (Dora), e os novatos Ludimila Pontes, Jonathan Agra, Isis Pedroza - todos integrantes do Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar que deixei de atuar por alguns meses para terminar esta monografia agradeço muito por entenderem; As amigas Cristiane Maria e Mônica Azeredo com quem divido apartamento e que me ajudaram bastante no trajeto desta especialização ajudando desde os trabalhos até o empréstimo de malas e mochilas para as viagens; aos amigos Luana Lobo, Nathália Amaral, Brunno Senna pelo grande apoio; aos amigos Igor Garcez, Priscila Carvalho e Vinicius Mitto por todos os bons e maus momentos que passamos juntos fazendo essa pós. Por agüentarem todas as minhas loucuras, esquecimentos e crises que tive em todas as viagens; aos novos amigos Cristina Strohschoen e toda sua família, por ser nosso “anjo da guarda” em Ijuí, muito obrigada por abrir suas portas para essa estranha; Diego Brandão por ser um guia muito divertido em um dos melhores passeios que fiz em Porto Alegre.

.... o escritório no qual trabalho, pois me deram liberação em todas as vezes que precisei viajar.

..... ao programa de Ensino à Distância – EAD organizado pela Universidade Federal de Santa Maria com a Universidade Aberta Brasil e todos os professores, em especial a professora MS. Fernanda Kieling Pedrazzi que contribuiu muito na validação dos instrumentos de pesquisa utilizados neste

trabalho, e a Ms Denise Molon Castanho, pelo apoio e orientação. Agradeço essa pós-graduação de, além de me proporcionar uma excelente experiência, não só acadêmica como também social e cultural, pois através desse curso de Especialização pude conhecer vários lugares como Ijuí, Cruz Alta, Porto Alegre, Gramado, Canela; como também a chance de conhecer os gaúchos que em geral foram todos muito simpáticos e receptivos.

..... a minha área de Arquivologia, que apesar de ter todas os seus enfrentamentos vem me proporcionando, desde 2002, incríveis possibilidades e espero poder um dia dar o retorno compatível.

Muito Obrigada.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS E O ENSINO DA ARQUIVOLOGIA

os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

AUTORA: ELIANE SILVEIRA GONÇALVES

ORIENTADOR: MSC DENISE MOLON CASTANHO

Data e Local da defesa: Cruz Alta, RS, 13 de novembro de 2010

Esse estudo trata das Políticas Públicas Arquivísticas, sendo realizada no universo dos três primeiros cursos de Arquivologia do Brasil - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tanto se fundamentou teoricamente o estudo sobre as Políticas Públicas e, por conseguinte, as Políticas Públicas Arquivísticas, abordando a história da criação das universidades no Brasil. A metodologia envolveu a aplicação de questionários dirigidos aos professores, alunos e arquivistas. A pesquisa foi do tipo descritiva, com característica de estudo de caso, e abordagem qualitativa. A análise e a discussão dos resultados revelaram que o debate sobre as Políticas Públicas Arquivísticas ainda é algo muito incipiente nas Universidades. Desta forma, infere-se que há pouco diálogo acerca do tema, destacando-se a necessidade de maior difusão e debate tanto no meio acadêmico como no profissional, pois a Universidade e o meio social não podem ficar alheios às Políticas Públicas Arquivísticas.

Palavras-chaves: Arquivologia - políticas públicas - políticas públicas arquivísticas.

ABSTRACT

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

PUBLIC POLICY AND EDUCATION ARCHIVAL OF ARCHIVAL:

The cases at the State University of Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) and Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

AUTHOR: Eliane Silveira Gonçalves

COACH: MSC DENISE MOLON CASTANHO

Date and Place of defense: Cruz Alta, RS - November 13, 2010

This study deals with the Public Policy Archival being discussed in the universe of the first three courses in Archival Brazil - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) and Universidade Federal Fluminense (UFF). For both the theoretical study was based on public policy and therefore the Archival Public Policy, addressing the history of the creation of universities in Brazil. The methodology involved the application of questionnaires to teachers, students, and archivists. Being conducted with an exploratory technical procedures for bibliographic case study. This case represented by the Public Policy Archival. The analysis and dialogue with the different authors revealed that the discussion of Archival Public Policy is still something very early in the classrooms. Thus, it appears that there is little dialogue about the issue, highlighting the need for greater dissemination and debate both in academic and professional experience, because universities and the social environment can not stay apart for Public Policy Archival.

Keywords: archival science - public policy - public policy archival.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Gráfico 1 – Quantitativo do público pesquisado nas três universidades escolhidas.....	39
FIGURA 2 - Gráfico 2 - Quantitativo total da população a ser entrevistada por universidade.....	40
FIGURA 3 - Gráfico 3 - Quantitativo real de atores da área X Quantitativo de questionários respondidos.....	40
FIGURA 4 - Gráfico - 4 Quantitativo de Professores que responderam ao questionário.....	41
FIGURA 5 - Gráfico 5 - A abordagem das Políticas Públicas Arquivísticas entre as disciplinas dos cursos de Arquivologia.....	43
FIGURA 6 - Gráfico 6 –A existência de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil.....	45
FIGURA 7 - Gráfico 7 - Universidade dos alunos entrevistados.....	50
FIGURA 8 - Gráfico 8 - Início e Término da graduação dos alunos entrevistados.....	50
FIGURA 9 - Gráfico 9 - Quantitativo de arquivistas por universidade e formação.....	55
FIGURA 10 - Gráfico 10 - Disciplinas com temática sobre Políticas Públicas Arquivísticas.....	56
FIGURA 11 - Gráfico 11 - Atividades extra-curso sobre Políticas Públicas Arquivísticas.....	56
FIGURA 12 - Gráfico 12 - Utilização das Políticas Públicas Arquivísticas nos locais de trabalho dos arquivistas.....	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Tabela de dados sobre disciplinas da Universidade Federal de Santa Maria.....	24
TABELA 2- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo antigo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.....	26
TABELA 3- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo novo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.....	26
TABELA 4- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo antigo da Universidade Federal Fluminense.....	28
TABELA 5- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo novo da Universidade Federal Fluminense.....	29

LISTA DE APÊNDICES

1- Questionário aplicado aos professores	71
2- Questionário aplicado aos alunos.....	74
3- Questionário aplicado aos arquivistas	75

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	13
1. 1 – Objetivos	15
1. 1.1 – Objetivo geral.....	15
1. 1.2 – Objetivos específicos.....	15
2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2. 1- O ensino universitário brasileiro e o ensino de arquivologia.....	16
2. 1.1 – O ensino universitário no Brasil.....	16
2. 1.2 – O ensino da Arquivologia no Brasil.....	18
2. 1.3 – Os cursos universitários de Arquivologia.....	21
2.1.3.1 – Universidade Federal de Santa Maria.....	23
2.1.3.2 – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.....	24
2.1.3.3 – Universidade Federal Fluminense.....	26
2. 2 - Políticas Públicas e Políticas Públicas Arquivísticas: fundamentos e considerações.....	29
2. 2.1 – Políticas Públicas.....	29
2. 2.2 – Políticas Públicas Arquivísticas.....	31
3 - METODOLOGIA.....	35
3. 1- Definição da População de Pesquisa.....	35
3. 2- Material utilizado para construção da pesquisa.....	35
3. 3- Características dos instrumentos de coletas de dados.....	37
3. 4- Simbologia.....	38
4 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
4. 1- Resultados e Discussões: Questionário aplicados aos professores.....	41
4. 2- Resultados e Discussões: Questionários aplicados aos alunos.....	49
4. 3- Resultados e Discussões: Questionários aplicados aos arquivistas.....	55

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES.....	70

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa constitui-se num dos alicerces da universidade e neste sentido, o pesquisador ao definir seu objeto de estudo precisa buscar respostas as suas inquietações, devendo explicitar o porquê de suas escolhas.

Sendo assim, no ano de 2006, em Porto Alegre (RS), realizou-se um evento arquivístico com grande público formado por professores, estudantes e profissionais da área de Arquivologia. Neste evento alguns autores discorreram sobre suas análises e estudos sobre políticas públicas arquivísticas e foi a partir de então que surgiu o interesse sobre o trabalho.

O que chamou atenção foi que, ao final do debate, percebeu-se que algumas pessoas presentes não davam conta em explicitar suas percepções acerca das políticas públicas. Muitas questões suscitaram reflexões e inquietações sobre as políticas públicas arquivísticas no Brasil.

Quatro anos depois oportunizou-se, durante o Curso de Especialização Gestão em Arquivos da UFSM/UAB, a organização de uma monografia privilegiando a temática sobre políticas públicas arquivísticas, no intuito de buscar respostas as questões acima referidas.

Após a participação no evento recorreu-se a literatura que tratava a respeito do assunto. Durante esse estudo prévio percebeu-se a ausência de consenso entre os autores, professores dos cursos universitários e alunos acerca da existência ou não das políticas públicas arquivísticas.

Neste estudo as políticas públicas arquivísticas são caracterizadas por procedimentos e atividades que envolve as informações arquivísticas e ações políticas que podem contribuir com o desenvolvimento do estudo e prática da Arquivologia.

Neste viés a intenção desta pesquisa é a de investigar nas universidades os debates e discussões produzidas acerca das políticas públicas arquivísticas e sua influência no meio profissional.

Esta pesquisa justifica-se pelo interesse em saber como as universidades, consideradas lócus de conhecimento, vêm tratando a temática, políticas públicas arquivísticas, dentro das salas de aula nas instituições selecionadas. Além disso, pretende-se com o estudo averiguar se os estudantes ao se formarem estão aptos a participar das discussões e contribuir à sua área de atuação. Acredita-se que este tipo de pesquisa assume relevância, na medida em que, a temática tem sido apresentada, ao longo dos últimos anos, em diferentes congressos, seminários e simpósios, e, tem por parte dos pesquisadores, provocado pouca produção por meio de pesquisa.

Assim, apesar da complexidade que possa transparecer ao abordar-se o tema, merece destaque, o fato de que, privilegiar estudos acerca das políticas públicas arquivísticas significa instituir e fomentar um debate necessário no meio acadêmico e profissional.

Para viabilizar essa pesquisa analisou-se os três primeiros cursos universitários de Arquivologia no Brasil: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.

Esse estudo está organizado da seguinte forma:

- no capítulo 1, contém a Introdução no qual são expostos os pontos trabalhados nesse estudo e apresenta também o objetivo geral e os objetivos específicos;
- no capítulo 2, o Referencial Teórico encontra-se subdividido em: O ensino Universitário Brasileiro e o Ensino de Arquivologia e Políticas Públicas e Políticas Públicas Arquivísticas: Fundamentos e considerações. Este capítulo apresenta um mapa conceitual envolvendo a temática;
- no capítulo 3, Metodologia, apresenta-se como o estudo foi desenvolvido;
- no capítulo 4, Apresentação dos dados, análise e discussão dos resultados, onde são apresentadas à análise dos dados coletados dialogando com diferentes autores que produzem acerca da temática; e
- ao encerrar a pesquisa são apresentadas as considerações finais do estudo, referências e apêndices.

1.1 – Objetivos

1.1.1 – Objetivo Geral

No que se refere a objetivos, o presente projeto tem como objetivo principal investigar nas universidades os debates e discussões produzidas acerca das políticas públicas arquivísticas e sua influência no meio profissional.

1.1.2 – Objetivos Específicos

Em termos específicos pretende-se:

- contextualizar os três primeiros cursos universitários de Arquivologia do país;
- analisar a concepção dos discentes e docentes acerca das políticas públicas arquivísticas.
- Identificar a compreensão dos profissionais da área acerca das políticas públicas arquivísticas.

2 – REFERÊNCIAL TEÓRICO

O ensino universitário e o ensino universitário de Arquivologia; as políticas públicas e as políticas públicas arquivísticas são abordados neste capítulo para uma melhor compreensão do estudo.

2.1 – O Ensino universitário brasileiro e o ensino de Arquivologia

O ensino universitário teve seu início na Europa durante a época do Renascimento no século XII. Nesta época os principais ensinamentos eram na área da Filosofia, Matemática, Direito e Medicina, entre outros assuntos.

No Brasil, a construção do ensino com demandas de nível superior, iniciou-se com a chegada da Família Real Portuguesa para a Colônia, em fuga dos ataques napoleônicos na Europa, no século XIX. A partir de então várias mudanças ocorreram, entre todas, a criação das primeiras universidades no país que contribuíram para a reestruturação da sociedade que aqui existia. Desta forma, essas mudanças fizeram com que a classe dominante instigasse o desenvolvimento da realidade econômica, política e social da Colônia.

A questão que levou um determinado grupo social no século XIX a querer a criação de ensino com caráter universitário em solo brasileiro mostrou a importância dessa instituição na construção de conhecimento que contribui para o desenvolvimento da cidadania e coopera para o progresso da sociedade.

2.1.1 – Ensino universitário no Brasil

O ensino universitário brasileiro passou por várias transformações desde o surgimento da primeira universidade, criada em 1912 com status que conhecemos até os dias atuais. Sobre reforma curricular, a mais recente reforma no ensino no Brasil aconteceu em 1996 com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a

chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que tem como principal objetivo estabelecer propostas de diretrizes para a educação no Brasil em todas as etapas do ensino.

O que se entende é que as mudanças ocorridas ao longo dos anos foram com o intuito de compactuar o ensino com as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do tempo, tornando viável a aplicação dos pilares do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Com isso a educação no Brasil passou a ter como finalidade questões como:

Contribuir na formação da personalidade do educando, tanto do ponto de vista físico quanto ético; oferecer-lhe os ensinamentos exigidos em nossos dias, possibilitando-lhe acesso aos pontos de trabalho, num sistema de produção cada vez mais automatizado. (COLOSSI, et al, 2001, p. 50)

Nesse sentido, a escola ou a universidade teria uma posição de destaque no desenvolvimento do aluno que somado às influências sociais contribuiria com a sua formação profissional e intelectual.

Apesar da importância do ensino superior no desenvolvimento do aluno e da sociedade em que vive; apesar das transformações existentes em vários pontos do mundo no qual o Brasil, evidentemente, está inserido, notou-se que as universidades necessitavam de mudanças para continuar atuando em seus objetivos iniciais.

Observa-se com isso a existência em várias partes do país de universidades que carecem de avaliações e reformulações em suas estruturas. Tendo seu auge a partir dos anos 1960, essas universidades sofreram com “traços de qualidade insuficiente... [no qual sua]... marca do ensino superior nessa fase é dada pelo caráter elitista de setor público que restringe o número de vagas oferecidas no período noturno”.(COLOSSI, et al, 2001, p. 52).

Deste modo, observa-se uma necessidade de reestruturação dessas instituições a fim de apontar novos rumos para uma maior contribuição das universidades e assim transformá-las em lugares de obtenção de conhecimento para toda a comunidade brasileira.

Em busca dessas mudanças é que foi aplicada a Lei de Diretrizes e Bases, já citada em outro momento, tendo como objetivo transformar as universidades em atividade principal na obtenção de conhecimento, o que tem provocado certa expansão dessas instituições pelo país. Essa questão da expansão demasiadamente grande, somadas às novas demandas da sociedade obrigou as universidades a repensarem seus objetivos, metodologias e formas de atuação. Essas novas atitudes contribuíram com o “desenvolvimento social no campo da ciência e tecnologia, da formação dos futuros cidadãos e da construção de uma nova cultura” (GOERGEN, 2008, p. 810)

Desta forma, as novas características como a inserção, pertinência, compromisso, responsabilidade e sentido social estão instigando as instituições de ensino superior a não ficarem alheias a todas as mudanças políticas, sociais e econômicas no país e no mundo. Com isso as instituições necessitaram passar por um processo de avaliação crítica e definir seus objetivos e seu papel nessa sociedade pós-moderna, reavaliando assim sua atuação no campo da pesquisa, do ensino, da extensão e da cultura.

É certo que a universidade não tem a obrigação e a responsabilidade de mudar o mundo, no entanto, devesse acreditar que é de sua responsabilidade “gerar e difundir os conhecimentos e formar profissionais-cidadãos capazes de liderar, nos campos de sua atuação, o processo de transformação social” (GOERGEN, 2008, p. 810).

2. 1.2 - O ensino da Arquivologia no Brasil

A necessidade de um curso superior de Arquivologia começou a surgir na medida em que se verificaram as formas de organização praticadas por outros tipos de profissionais. Antes da criação desse curso, os centros de documentação eram organizados por bibliotecários e museologia ou por qualquer um que tivesse realizado um curso de arquivo em nível técnico, ministrados também pelo Arquivo Nacional. No entanto, esses tipos de prática não eram suficientes para as

instituições que continham documentos com caráter arquivístico.

De acordo com Moraes e Castro (2008) dentro das atividades diárias, alguns profissionais começaram a perceber que somente os cursos técnicos realizados no Brasil ou mesmo fora do país, não atendiam as necessidades que surgiam. Sendo assim, nos anos 1970 iniciou-se a discussão sobre a prática e teoria da Arquivologia, como por exemplo:

criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, realização dos primeiros Congressos Brasileiros de Arquivologia, regulamentação da profissão de arquivista, instituição do primeiro Sistema Nacional de Arquivos etc, A configuração acadêmica da área é um dos aspectos relevantes deste momento com a criação dos cursos de Arquivologia em nível universitário. (JARDIM, et al, 1999, p. 7)

Assim, o primeiro curso universitário de Arquivologia foi criado em 1977 por intermédio de profissionais como Astréa de Moraes e Castro, José Pedro Esposel, Marilena Leite Paes, entre tantos outros. Apesar de o Decreto nº. 212 ter sido assinado em 07 de março de 1972, só em 1974, na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, surgiu o primeiro curso de graduação em Arquivologia.

Entretanto, foi a partir dos anos 1980 que a Arquivologia alavancou seu desenvolvimento. Como reforça Eckhart Franz (1991, p. 11) “parece que o final dos anos 80 será marcado como um período de mudanças quase revolucionárias no campo da formação profissional do arquivista, necessárias para adaptar o arquivista aos novos desafios da profissão”.

O motivo dessas transformações ocorridas neste período se deve ao desenvolvimento das tecnologias e comunicação que vem transformando a área arquivística, fazendo surgir novos paradigmas principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial.

Uma amostra dessas mudanças que ocorreram na Arquivologia é a modificação do objeto de estudo da área, que deixa de ser documento de arquivo para se tornar a informação arquivística. A Arquivologia está deixando de ser uma

área de apoio da Administração e da História para ganhar seu próprio caminho, como refere e explica Fonseca (2005):

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática [anterior ao Manual dos holandeses] não era uma ciência de forma alguma, e em seu estágio clássico não foi mais que uma ciência auxiliar da história, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estatura de ciência, tão autônoma quanto as outras ciências da informação e quanto a história. (p. 59)

Da década de 1990 aos dias atuais, além da aprovação da lei que dispõe sobre política nacional de arquivo público e privado¹ houve muitas transformações, a maioria concentradas nos cursos de Arquivologia. Neste período houve o aumento de cursos de graduação na área, como também o fortalecimento da criação dos cursos de pós-graduação, que em alguns casos iniciaram-se nos anos 80. Essas mudanças ocorridas nas instituições arquivísticas, citadas por Fonseca, são:

um aumento significativo do número de cursos de Arquivologia no país [...], a melhoria da qualificação do corpo docente nos cursos de Arquivologia [...], um aumento da contribuição de autores vinculados à universidades na produção científica [...], maiores possibilidades de áreas de concentração em Arquivologia nos cursos de pós-graduação existentes [...], a desmobilização das instituições arquivísticas inclusive no Arquivo Nacional [...], isso gerou um êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a universidade e para outras instituições de informação [...]. Em contrapartida, assiste-se à consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que hoje exerce um papel de liderança, embora mais na busca de soluções normativas do que na formulação e implantação de uma política nacional de arquivos. (2005, p. 70 a 72).

Mesmo com todas as modificações sofridas pela área de Arquivologia desde o seu surgimento como disciplina no Brasil, a arquivística ainda está buscando seu desenvolvimento. Nesse sentido, os cursos ainda necessitam de maiores incentivos para estar de fato entre as chamadas áreas do conhecimento e assim receber o reconhecimento devido.

Uma das características dessa busca está na associação entre a teoria e a prática do ensino arquivístico. Essa relação deveria ter sua constituição de forma

¹ Lei nº 8159 de 1991, mas conhecida com a Lei dos Arquivos.

óbvia, no entanto, essa ligação da *práxis* existe de forma precária, materializada através da distância entre o que os alunos aprendem nas salas de aulas com o que é aplicado no mercado de trabalho. O que cria uma idéia da existência de duas práticas arquivísticas. Uma aplicada dentro dos cursos universitários, com característica teórica e que é vista pelos alunos, em alguns casos, como utópicas, e outra Arquivologia aplicada no mercado de trabalho, considerada prática e mais real.

Para Jardim (1999) esse tipo de pensamento não deve ser considerado, tendo em vista que tudo que é discutido hoje sobre e em torno da Arquivologia no Brasil são produtos advindos da criação dos cursos universitários de Arquivologia. Logo, “as qualidades e limitações que existam na Arquivologia no Brasil vicejam no mesmo campo envolvendo os mesmos atores ainda que em cenários distintos”. (JARDIM, 1999, p. 41).

Evidentemente que essa questão não justifica o pouco envolvimento das universidades no crescimento da área. Mesmo que os cursos universitários não sejam os únicos responsáveis pelo desenvolvimento da arquivística no Brasil, é a partir destes que se iniciam os debates, as discussões que deveriam aflorar com os alunos e egressos. A união das discussões que ocorrem dentro das universidades com os debates e as discussões que se desenvolvem dentro do mercado de trabalho, nas práticas profissionais seria de grande importância para melhorar o conhecimento da Arquivologia no país.

2.1.3 – Os cursos universitários de Arquivologia

Sobre os cursos universitários de graduação em Arquivologia no Brasil são ao todos dezesseis até o momento.

Esses cursos estão hoje distribuídos em várias unidades de ensino superior de caráter federal e estadual. Para os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado não existe ainda um curso específico na área Arquivologia,

mas existem programas de pós-graduação que tem contribuído e absorvido arquivista em seus processos seletivos como, por exemplo, o mestrado e o doutorado em Ciência da Informação, que vem a cada ano formando mestres e doutores com graduação em Arquivologia. O Curso de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM também tem investido esforços na qualificação de mestres com formação em Arquivologia. Outro exemplo são os cursos de pós-graduação em nível de especialização, que também tem contribuído na atualização dos arquivistas. Nestes casos, existem cursos oferecidos na modalidade presencial e à distância. Destaca-se o Curso de Especialização Gestão em Arquivos da UFSM/UAB pelo fato de que atualmente caracteriza-se como a única oferta na modalidade à distância no país, reunindo quase que a totalidade dos docentes com formação em Arquivologia.

Para melhor compreensão deste estudo apresenta-se a contextualização histórica dos três primeiros cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, ou seja, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Universidade Federal Fluminense - UFF.

2.1.3.1 – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM²

Localizada em Santa Maria - RS, a universidade criada em 1960, pela Lei nº. 3834-C de 14 de dezembro, foi federalizada apenas em 20 de agosto de 1965 através da Lei nº 4759/65, se tornando assim Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em 06 de fevereiro de 1970 foi aprovada através do Decreto nº 66.191.70 uma nova reestruturação para assim racionalizar as funções administrativas.

O objetivo da universidade é programar o ensino para os cursos das diferentes faculdades, de forma racional e orgânica, possibilitando economia de pessoal e material e duplicação de trabalho.

² Site da UFSM. Disponível em: www.ufsm.br. Acesso em set. 2010

Após diversos decretos, portarias e estatutos, a estrutura da UFSM evoluiu em seu sistema organizacional. Atualmente a estrutura, representada pelo conjunto de órgãos, entre os quais são estabelecidas as relações de hierarquia, interdependência e vinculações, reflete-se uma tanto complexa, em função do próprio desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, que fez com que a universidade acompanhasse e atendesse as necessidades da comunidade, nos diferentes níveis de ensino.

Arquivologia na UFSM

A UFSM instalou em 1977 o curso de graduação em Arquivologia que está atualmente ligado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Em 1978 foi criado o Departamento de documentação, visando atender ao Curso de Arquivologia, através do oferecimento de disciplinas técnicas e profissionalizantes. O Departamento foi criado através da Resolução 001/78/UFSM. A estrutura do curso de Arquivologia passou por várias modificações até chegar ao que é hoje. As disciplinas estão em um total de 2450 horas com 31³ disciplinas distribuídas conforme a tabela 1.

O currículo que está em vigor hoje foi aprovado em 1994.

De acordo com informações da *home page* da universidade:

- habilitação: bacharel
- turno: diurno
- prazo de integralização: mínimo de 6 períodos.
- currículo

³ Das 31 disciplinas 1(um) Estágio Supervisionado, 1 (um) Trabalho de Conclusão de curso.

1- Tabela de dados sobre disciplinas - UFSM

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas Obrigatórias	1625
Disciplinas Optativas	180
Estágio Curricular Supervisionado	225
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	120
Atividades Complementares	300
TOTAL	2450

Fonte: Dados elaborados pela própria autora com informações do site da universidade

2. 1.3.2 - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO⁴

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, localizada na cidade do Rio de Janeiro, foi criada em 5 de junho de 1979, pela Lei 6.655. Tem como corpo social discentes, técnico-administrativos e docentes qualificados e titulados-doutores, mestres e especialistas nas mais variadas áreas de conhecimento.

A universidade possui sistema de bibliotecas, arquivos e está implantando a informatização em toda a área acadêmica. A UNIRIO está plenamente adequada aos dispositivos estabelecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.394/96.

Sua missão é produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica e reflexiva, conseqüentemente preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho presente e futuro.

Seus princípios gerais são: credibilidade, ética e transparência; visão humanística; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; compromisso com o social; comprometimento com a qualidade; gestão participativa;

⁴ Site da UNIRIO. Disponível em: www.unirio.br. Acesso em: set. 2010

profissionalismo e valorização de recursos humanos; Universidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade.

Arquivologia da UNIRIO

A escola de Arquivologia da UNIRIO tem sua origem com um curso ministrado pelo Arquivo Nacional em 1922, para atender as necessidades da instituição que criou o curso Técnico de Arquivo. A partir de 1958, ele passou a ser denominado Curso Permanente de Arquivo. No entanto, em 1972, o Ministério da Educação – MEC avaliou que o curso tinha caráter de curso universitário. Então, em 1973 conferiu-lhe mandato universitário sendo denominada Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ. Por fim, em 1977, o curso foi incorporado a Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, com o nome de curso de Arquivologia. E em 1979 juntou-se ao Centro de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o curso funciona como todos os cursos universitários do país: um diretor organiza e administra funções executivas, administrativas e acadêmicas; um colegiado; professores com diferentes formações, de acordo com cada disciplina oferecida e alunos.

As disciplinas se dividem no total de horas em 42⁵ disciplinas ministradas no Currículo Antigo e 58⁶ disciplinas do Currículo Novo conforme colocado nas Tabelas 2 e 3.

O currículo do curso apresenta as seguintes informações:

- habilitação: bacharelado
- turno: noite
- prazo de integralização⁷: mínimo de 8 períodos e máximo de 12 períodos.

⁵ Sendo 1 (um) Estágio Supervisionado, 2(dois) Monografia I e Monografia II.

⁶ Sendo 3 (três) Estágio Supervisionado I, II, III; 2 (dois) TCC I e II.

⁷ Resolução nº 1883 de 1997.

- Currículos

- Currículo Antigo

2- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo antigo - UNIRIO

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas Obrigatórias	2085
Disciplinas Optativas	180
Estágio Curricular Supervisionado	360
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	300
Atividades Complementares	180
TOTAL	3105

Fonte: Dados elaborados pela própria autora com informações do site da universidade.

- Currículo Novo

3- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo novo - UNIRIO

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas Obrigatórias	840
Disciplinas Optativas	840
Estágio Curricular Supervisionado	360
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	180
Atividades Complementares	180
TOTAL	2400

Fonte: Dado elaborado pela própria autora com informações do site da universidade

2. 1.3.3 - Universidade Federal Fluminense - UFF⁸

A sede da Universidade Federal Fluminense localiza-se na cidade de Niterói / RJ – com campus em outras cidades. Foi criado através da Lei Federal nº 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída pela Lei Federal nº 3.958 de 13 de

⁸ Site da UFF. Disponível em www.uff.br. Acesso em set. 2010

setembro de 1961 e foi reestruturado nos termos do Decreto nº 62.414. É uma unidade federal de ensino superior autárquica de regime especial.

A Universidade Federal Fluminense tem como finalidade: manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino nas unidades que a integram; promover outras atividades necessárias à plena realização de seus objetivos; promover as pesquisas filosóficas, científicas e tecnológicas, literárias e artísticas; formar pessoal para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas e de magistério, bem como para o desempenho de altas funções na vida pública e privada; estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa; cooperar com as entidades públicas e privadas na realização de trabalhos de pesquisa e serviços técnico-profissionais, visando ao desenvolvimento fluminense; estimular os serviços relativos à formação moral e histórica da civilização brasileira, em todos os seus aspectos; desenvolver o espírito universitário; desenvolver harmonicamente e aperfeiçoar em seus aspectos moral, intelectual e físico a personalidade dos alunos.

As atividades universitárias em suas diversas modalidades são desenvolvidas tendo em vista a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, bem assim a coordenação das unidades universitárias, assegurando a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, de modo que se vede a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Arquivologia da UFF

O curso de Arquivologia é um dos vários cursos existentes nessa Universidade e foi criado em 28 de julho de 1978, pela resolução de nº 73/78 de Conselho de Ensino e Pesquisa e reconhecido pelo Conselho Federal de Educação em 05 de novembro de 1985. Neste período, o currículo pleno do curso foi totalizado em 3030 horas/aula correspondendo a 182 créditos, incluindo o estágio curricular obrigatório e supervisionado.

Em 05 de maio de 1993 o currículo sofreu sua primeira reforma curricular, sendo modificado através da resolução de nº 84/93 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF, em que ficou estabelecido o currículo pleno do curso de graduação de Arquivologia. No entanto, no 1ª semestre de 2007, foi implantado o segundo currículo com a resolução nº 297/2006 de 29 de novembro de 2006.

Essa nova construção de currículo contém núcleo de formação específica, além de núcleo de formação complementar, disciplinas optativas e atividades acadêmicas complementares para os dois principais cursos atendidos pelo Departamento de Ciência da Informação: Arquivologia e Biblioteconomia e Documentação com carga-horária total de 2.660h sendo o estágio obrigatório incluído nas 350h do núcleo de formação complementar.

Atualmente o curso está sendo administrado sob os dois currículos e suas disciplinas estão distribuídas conforme as Tabelas 4 e 5 abaixo.

De acordo com informações da *home page* da universidade:

- habilitação: bacharel
- turno: manhã e noite
- prazo de integralização: mínimo de 7 e máximo de 16 semestre
- currículo:

- Currículo Antigo

4- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo antigo

COMPONENTES CURRÍCULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas Básicas	825
Disciplinas Profissionais	180
Estágio Curricular Supervisionado	225
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	120
Atividades Complementares	240
TOTAL	1590

Fonte: Dado elaborado pela própria autora com informações do site da universidade.

As 1.590 horas estão distribuídas em 40 disciplinas.

- Currículo Novo

5- Tabela de dados sobre disciplinas do currículo novo - UFF

COMPONENTES CURRÍCULARES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas Obrigatórias	2495
Disciplinas Complementares	390
Estágio Curricular Supervisionado	225
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	120
Atividades Complementares	240
TOTAL	3020

Fonte: própria autora com informações do site da universidade.

As 3.020 horas estão distribuídas em 40 disciplinas.

2. 2 - Políticas Públicas e Políticas Públicas Arquivísticas: fundamentos e considerações

2. 2. 1 - Políticas públicas

A expressão políticas públicas, com o entorno multidisciplinar é considerada assim por natureza tendo em vista que o termo políticas públicas pode ser empregado em diferentes áreas do conhecimento, como Educação, Sociologia, Saúde e Arquivologia.

Existem diferentes conceitos e características para o termo políticas públicas. Para Lopes & Amaral (2008) políticas públicas "são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público" (p. 5). Para outros autores seria um conjunto de ações elaboradas e apoiadas pelo Estado Democrático e Social de Direito, que afetam direta ou indiretamente a sociedade civil.

Para Mendonça & Giovanella (2007) o termo políticas públicas são ferramentas que ajudam na concretização da democracia auxiliando o governo

nas ações que contribuirão para o desenvolvimento das necessidades da sociedade, no entanto, “exige sua conscientização no plano dos indivíduos e sua organização social primária que são as famílias e as comunidades” (MENDONÇA & GIOVANELLA, 2007, p. 602). E só passou a fazer parte das discussões sociais após as transformações políticas, socioeconômicas e culturais recorrentes em vários pontos do mundo. A Revolução Industrial é uma dessas mudanças, pois antes desse período os grupos sociais existentes não tinham tanto interesse em programas de ações diretas, principalmente aplicadas pelo Estado.

Nesse sentido, a questão das políticas públicas só começou a ser discutida a partir do momento em que o Estado democrático passou a se preocupar com o bem-estar da sociedade e assim atuar em várias ações e diferentes áreas de importância social como saúde, educação, meio-ambiente, entre tantas outras.

Essa ligação ao estado capitalista moderno e suas relações com suas classes sociais fez com que as políticas públicas fossem também associadas ao Estado-Ação. O motivo dessa associação se dá pelo fato de que, as ações e decisões são consideradas essenciais para o desenvolvimento de um estado democrático e social, pois é através desse conjunto de ações e decisões que o Estado poderá exercer sua função. Ou seja, “o objeto das políticas públicas é, portanto, o Estado em ação através de programas governamentais” (MENDONÇA & GIOVANELLA, 2007. p. 602). E como este é um processo dinâmico estará sujeito a várias alterações diferenciadas, precisando assim, da participação de todos os envolvidos para tornar-se algo concreto e aplicável ao logo do tempo.

Neste sentido, vale ressaltar Beyme (1985) apud Frey (2000) quando diz:

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional. (p. 243)

No Brasil, as políticas públicas entraram para o ponto de pauta “recentemente com características ainda esporádicas, deu-se ênfase ou análise

das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas”.(FREY, 2000, p. 214)

Por ser uma discussão mais recente se comparado a outros países, os debates sobre políticas públicas no solo brasileiro ainda estão em fase inicial dando um caráter limitado ao assunto. Mesmo com esse caráter, o pouco que está sendo discutido tem feito com que parcelas da sociedade brasileira obtenham significativas transformações. Dessa forma, temos um círculo vicioso no qual as características das políticas públicas foram influenciadas principalmente pelas modificações sócio-políticas e econômicas, o que provocou novas demandas para as parcelas da sociedade e com isso novos questionamentos.

Dessa forma, Siqueira Jr (2007) revela que:

As políticas públicas são implementadas para todos. Essas políticas devem surgir da união da sociedade civil organizada, partidos políticos e o governo, que traçam juntos os destinos da nação. A efetivação das políticas públicas é responsabilidade dos cidadãos e não apenas do governo. (13 p.)

Assim, a construção das políticas públicas pelo Estado não é apenas uma atitude de governo, mas uma prática que só se realiza com a atuação e participação efetiva dos cidadãos no intuito de efetivar os objetivos traçados. Somente as sociedades civis organizada, que é um veículo social, devem e têm o direito de influenciar o processo decisório das políticas públicas. Dessa forma, evidencia-se a confirmação de que todo o poder emana do povo.

2. 2.2 - Políticas públicas arquivísticas

A Arquivologia vem vivenciando várias situações e refletindo sobre vários temas desde o seu surgimento como disciplina nos anos de 1970. Os temas das discussões são diferenciados, como, por exemplo, a criação de cursos de mestrado e doutorado em Arquivologia, a problemática da terminologia científica, a escassa literatura, a metodologia, a legislação, as políticas públicas arquivísticas, entre outros.

As políticas públicas arquivísticas podem ser consideradas um assunto de grande importância para muitos autores. O motivo pelo qual o assunto vem sendo discutido há algum tempo ainda que de forma muito incipientes. A necessidade do debate sobre Políticas Públicas Arquivísticas é o fato de que, se bem conceituada e bem aplicada, poderá contribuir para o melhor desenvolvimento da área arquivística, na medida em que, tornará mais eficiente a metodologia dos procedimentos implementados pelos profissionais da Arquivologia.

Políticas públicas arquivísticas na concepção de Jardim (2003) são entendidas como:

[...]conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (p.38-39)

Quanto as características das políticas públicas arquivísticas, Souza (2006, p. 08) infere:

o corpus de normas e diretrizes visando à Gestão Documental e a proteção especial aos documentos de arquivo; as diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivo; a promoção de ações de preservação do patrimônio documental brasileiro; as diretrizes para o treinamento e capacitação dos recursos -humanos; a garantia do acesso à informação. (p. 08)

Essas características contribuiriam para que as políticas públicas arquivísticas atuem de forma mais objetiva na sociedade atual na qual a informação é produzida e consumida intensamente.

A agilidade com a qual a informação vem sendo desenvolvida principalmente com o auxílio do crescente uso das tecnologias de comunicação, como forma de recuperação das informações produzidas, vem obrigando várias áreas do conhecimento e profissionais de diversas áreas, como o caso da Arquivologia, estarem sempre atualizados, para tanto, é necessário incluir as discussões sobre aplicação das políticas nesse sentido.

As primeiras discussões sobre políticas públicas arquivísticas no Brasil

iniciaram-se juntamente com os debates sobre o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR - que começaram em 1978. A promulgação da Lei de Arquivos em 1991 e a criação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARq, que deu início seus debates em 1991. Todos esses eventos contribuíram para a necessidade de discussão sobre Políticas Públicas Arquivísticas. No entanto, todas essas instituições não constituem em construção de políticas públicas arquivísticas, mas o início de debate sobre o tema.

A legislação arquivística, por exemplo, contribuiu com a demanda das políticas arquivísticas, mas não pode ser vista como construtora das mesmas, pois a lei em si é normalizar os atos sociais como objetivo principal, para assim contribuir com as necessidades políticas da área arquivística. Dessa forma, é relevante situar Souza (2006) quando diz:

pensar as políticas públicas de arquivo vai muito além da construção de um corpus de lei. Há a dimensão técnica – científica que deve ser levada em consideração, pois a simples existência de lei ou de determinações não garante as ações concretas que a viabilizem. (p. 08)

Para intensificar essa questão citasse Jardim (2006), quando explicita que as políticas públicas são fruto de uma discussão com intenção de troca entre o Estado e a Sociedade, ou seja, “Políticas Públicas são exercidas num território de divergência e de tentativas de convergências” (JARDIM, 2006, p. 38).

A existência de uma legislação, não pode ser desconsiderada, mas é preciso refletir sobre o fato de que a existência da mesma não garante a implementação de políticas públicas arquivísticas. Sua contribuição é incontestável, entretanto outros movimentos devem ser realizados para seu pleno cumprimento. Caso contrário, como orienta Jardim: “disso pode redundar num inferno de boas intenções cujo epicentro é uma legislação tornada ‘letra morta’” (2006, p.38).

O produto das aplicações de Políticas Públicas Arquivísticas tem características técnico-científicas que deveriam contribuir para desenvolver questões que facilitam o desenrolar das atividades das organizações arquivísticas.

Porém, existem vários problemas a serem analisados: primeiro, a incipiência das práticas de políticas públicas arquivísticas no Brasil; segundo, a escassa literatura e pesquisa quanto ao tema dentro da área da Arquivologia. Isso acaba por dificultar o crescimento e desenvolvimento das práticas arquivísticas no país, pois somente a “pesquisa científica pode inserir novos elementos na esfera pública e influenciar a qualidade do debate e, muito provavelmente, as ações e atores políticos envolvidos numa dada política” (JARDIM, 2009, p. 49).

3 – METODOLOGIA

Este estudo pretende investigar nas universidades os debates e discussões produzidas acerca das políticas públicas arquivísticas e sua influência no meio profissional.

As Universidades escolhidas para realização desta pesquisa são: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pelo fato de que nessas universidades foram criados os primeiros cursos de Arquivologia no Brasil.

O recorte efetuado para realizar o estudo foi o período de 2005 a 2010 devido ao fato de que, nesse período foram realizadas as reformas curriculares nos cursos de Arquivologia dessas universidades.

Este trabalho consiste numa pesquisa descritiva, na medida em que, expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Nessa perspectiva a pesquisa do tipo descritiva:

visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. (GILL, 1991 *apud* SILVA & MENEZES, 2001, p. 21).

Além de caracterizar-se como uma pesquisa do tipo descritiva, possui característica de estudo de caso, que, de acordo com Oliveira (2007), “é um método eclético e se aplica em diferentes áreas de conhecimento, incluindo-se também as ciências naturais”.(p. 55).

Quanto a abordagem, a pesquisa se revela como quantitativa e qualitativa, na medida em que as duas técnicas consistem em:

Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.); Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é

a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (GILL, 1991 *apud* SILVA & MENEZES, 2001p. 20)

3. 1 - Definição da população

A população pesquisada foi representada por:

- professores e alunos dos cursos universitários de Arquivologia das Universidades Federal de Santa Maria (RS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (RJ) e Universidade Federal Fluminense (Niterói / RJ); e
- arquivistas formados pelas universidades citadas.

Sobre a escolha das universidades é relevante dizer que as mesmas foram definidas pelo fato de constituírem-se as primeiras universidades com curso de Arquivologia no Brasil, criados, portanto, a partir dos anos de 1970.

Quanto à população definida para a realização dessa pesquisa dividiu-se em três segmentos: professores, alunos e profissionais.

- professores: optou-se por aqueles que lecionam no curso em disciplinas específicas da área arquivística independente de sua formação acadêmica. Ao pesquisar esse universo constatou-se a existência de 28 professores dos quais apenas 13 responderam ao questionário;
- alunos: quanto a esse grupo foram selecionados os alunos que ingressaram por meio de vestibular em cada uma das três universidades no período de 2005 a 2010 o que totalizou mais ou menos 300 alunos. Destes, apenas 6 alunos responderam ao questionário.
- profissionais: o recorte de tempo circunscrito neste estudo (2005 a 2010) revelou um contingente de 475 arquivistas formando nessas universidades entre os últimos 5 anos. Neste universo de 475 arquivistas formados, apenas 35 responderam ao instrumento de coleta de dados.

3. 2 Material utilizado para construção da pesquisa

- 1- revisão de literatura sobre a temática abordada neste estudo;

2- análise dos questionários aplicados aos professores, alunos e profissionais/arquivistas.

3.3 – Características dos instrumentos de coleta de dados (APÊNDICES 1, 2 e 3)

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi o questionário na medida em que se pretendia abranger um quantitativo expressivo de pessoas participando da pesquisa. Nesse sentido, o questionário é a técnica mais indicada, pois o tempo de aplicação é muito menor.

Para este estudo utilizamos dois tipos de questões:

- questões abertas: são questões de respostas dissertativas onde o pesquisado tem liberdade para escrever o que compreender conveniente a respeito do tema abordado. Com esses tipos de questões obtém-se respostas mais ricas sobre o que foi perguntado;
- questões fechadas: são questões de respostas alternativas onde o pesquisado assinala a alternativa mais próxima da sua situação real. Esse tipo de questão consiste em obter repostas mais objetivas como: formação, tempo de atuação, sexo, datas específicas.

Após a organização do instrumento de coleta de dados, questionário, o mesmo foi validado pela professora Ms. Fernanda Kieling Pedrazzi, jornalista e arquivista, professora assistente do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria.

Após ajustes e correções pertinentes, procedeu-se ao encaminhamento dos questionários aos grupos selecionados. Nesse processo, o instrumento foi enviado por meio digital, ou seja, utilizou-se correio eletrônico, cujos endereços foram obtidos por meio de *sites* de Cursos de Arquivologia e Associações de Arquivistas do Brasil. As mensagens foram enviadas entre os meses de março a setembro de

2010. Juntamente ao questionário foi enviando uma mensagem na qual foram especificados a natureza, os objetivos e a relevância do estudo desenvolvido.

3. 4 – Simbologia

Para facilitar o entendimento do trabalho utilizou-se símbolos, visando preservar a identidade e melhor identificar os grupos pesquisados. Esses símbolos foram representados por letras e números. Desta forma a simbologia ficou assim definida: **PROF – N°** (Professor – Número), **ALUN – N°** (Aluno – Número), **ARQ – N°** (Arquivista – Número).

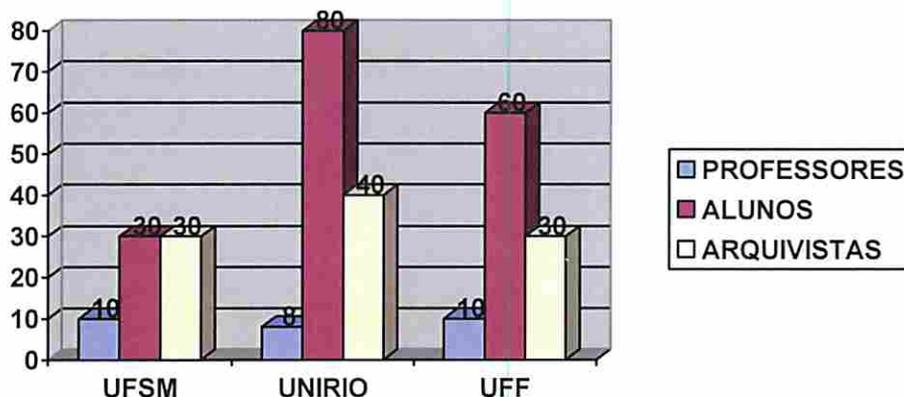
4 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após estudo sobre o ensino universitário no Brasil, o ensino de Arquivologia no Brasil, políticas públicas e políticas públicas arquivísticas, procederam-se a análise resultante do levantamento de dados obtidos a partir dos questionários aplicados aos sujeitos desta investigação, representados por professores, alunos e arquivistas.

Esses dados estão apresentados por meio de gráficos, os quais foram analisados considerando o tema políticas públicas arquivísticas.

O recorte consiste no período de 2005 a 2010, realizado nas três universidades pesquisadas definindo a quantidade de público-alvo como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Quantitativo do público pesquisado nas três universidades escolhidas⁹

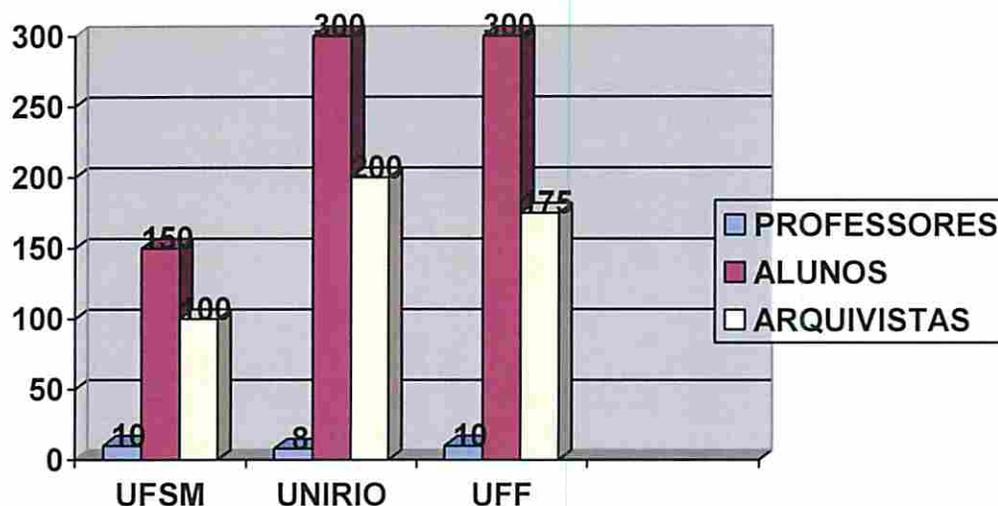


Fonte: Informações obtidas através dos sites das universidades e o Portal do MEC.

⁹Os dados do Gráfico foram organizados a partir das informações dos *sites* das universidades. Os dados numéricos dos alunos correspondem a quantidade anual dos aprovados no vestibular; os dados numéricos dos arquivistas correspondem a média semestral de formandos. Os professores são apenas os que ministram aulas específicas para Arquivologia.

Quanto no Gráfico 2 apresenta-se o total de público que se esperava entrevistar, o que na prática não foi a quantidade de retorno recebido.

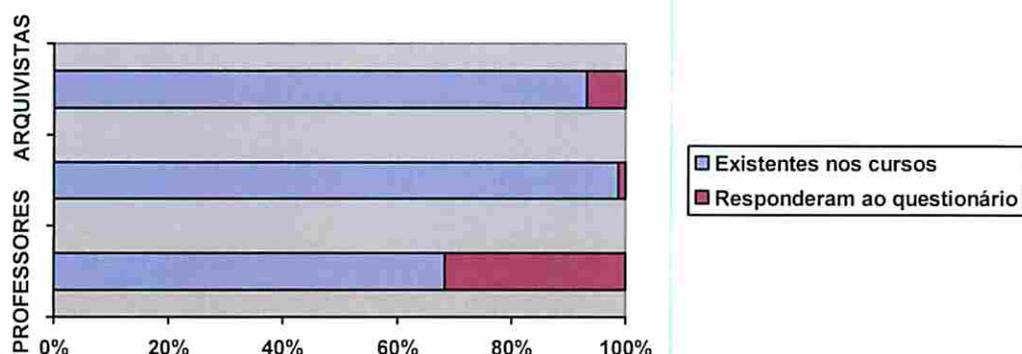
Gráfico 2 - Quantitativo do total da população entrevistada por universidade. (EXPECTATIVA)



Fonte: Informações obtidas através dos sites das universidades e o Portal do MEC na internet.

No Gráfico 3 a realidade da quantidade de questionários respondidos. Apesar de ínfima, mesmo assim foi possível organizar algumas análises.

Gráfico 3 - Quantitativo real de atores da área X Quantitativo de questionários respondidos



Fonte: Dados elaborados pela própria autora com informações dos sites das universidades e o Portal do MEC e a quantidade de questionários respondidos.

Ao analisar esses resultados pode-se observar que:

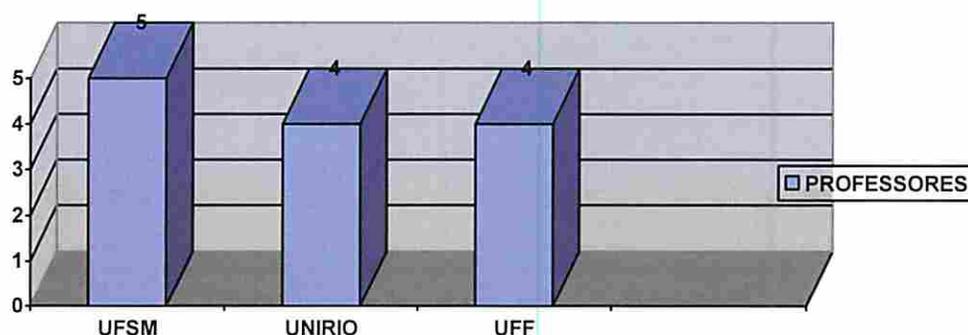
- a divulgação dos questionários não tenha sido amplamente divulgada, ainda que movimentos repetidos tenham sido realizados no sentido de provocar os pesquisados;
- os atores envolvidos nos cursos de Arquivologia tenham encarado a discussão com certo nível de complexidade, o que gerou dificuldade para responder ao questionário;
- a temática no momento ainda não possibilite condições para que os pesquisados apresentem um posicionamento;
- o tema possa não despertar interesse nos pesquisados.

Entretanto, acreditando que toda resposta, mesmo sendo abaixo do esperado, é uma resposta e, logo, deve ser considerada. Assim, procedeu-se a análise e discussões a partir do que foi possível averiguar.

4.1 – Resultados e discussões: questionários aplicados aos professores

Dos professores que atuam nas disciplinas das três universidades apenas 13 responderam aos questionamentos conforme representados no gráfico 4:

Gráfico 4 - Professores que responderam ao questionário



Fonte: Informações obtidas através da quantidade de questionários respondidos.

A formação profissional desses professores varia entre diferentes áreas¹⁰: Arquivologia (8), História (4), Comunicação Social (Jornalismo) (1), Ciências Sociais (1). Quanto à pós-graduação, há professores com graduação, especialização, mestrado e com doutorado.

Quanto ao tempo de atuação como professores, entre os que responderam obteve-se respostas quanto atuação de 6 meses a 25 anos. As funções dentro dos cursos de Arquivologia também variam entre professor assistente a professor titular.

As disciplinas indicadas pelos entrevistados foram: Ética e Legislação Arquivística; Seminário de Pesquisa I, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado, Bases de Gestão Eletrônica, Fundamentos Teóricos em Informação II, Metodologia da Pesquisa II, Diplomática, Fundamentos Arquivísticos, Gestão de Documentos, Conservação Preventiva, Avaliação de Documentos Arquivísticos, Informação e Linguagens Documentárias, Gestão de Serviços Arquivísticos, Políticas Informacionais, Introdução à Arquivologia, Estudo de usuário, Classificação de documentos arquivísticos, Tópicos Especiais, Reprografia, Referência e Difusão.

Nessa perspectiva, apresentam-se as questões de pesquisa definidas no questionário e sua respectiva análise:

a) “A temática políticas públicas arquivísticas é abordada em sua disciplina?”

Neste ponto a discussão difere na percepção dos professores que discutem o assunto em suas disciplinas.

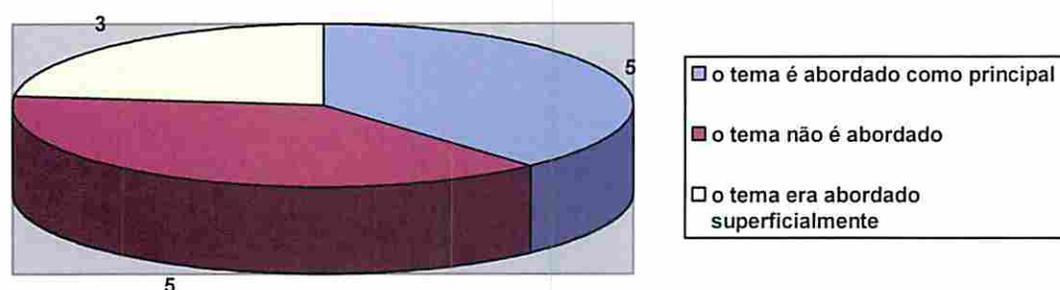
Como mostrado no Gráfico 5, alguns dos respondentes referiram-se que a temática é pertinente ao tema das aulas, sendo, portanto abordada como principal diante ao conteúdo programático; a maioria respondeu que não há esse tipo de

¹⁰ Um dos professores que respondeu indicou duas formações: História e Arquivologia.

abordagem nas aulas, pois os conteúdos programáticos não contemplam esse tema;

Houve também respostas informando que o assunto não constitui tema principal da disciplina, entretanto, foi referido também que a temática das políticas públicas era abordada superficialmente.

Gráfico 5 - A abordagem das políticas públicas arquivísticas entre as disciplinas dos cursos de Arquivologia



Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos

Quanto a essa abordagem observa-se dentro dos poucos professores que responderam os questionários, que alguns discutem a questão das políticas públicas arquivísticas nas disciplinas que ministram, além de acreditarem na importância desse tema para a área, como por exemplo,

mais do que abordada, as políticas públicas arquivísticas são parte essencial no programa das duas disciplinas que ministro. Entendo que a questão das políticas é o outro lado da moeda do fazer e pensar arquivístico, que ainda privilegia os aspectos técnicos. (Prof - 1).

Outros professores expuseram que apesar do tema não ser específico de sua disciplina é um assunto que “no âmbito das discussões sobre avaliação de documentos o tema das políticas públicas arquivísticas é tangenciado” (Prof – 11).

O interessante nesta resposta foi que, mesmo que o tema deste estudo não seja o principal das disciplinas, observa-se quase 80% dos professores

consideram o tema importante a ser debatido independente da disciplina lecionada,

As questões referentes ao acesso e uso social dos arquivos, a eficiência do aparelho estatal, da formulação de políticas públicas arquivísticas, em particular e das políticas públicas, em geral, são questões que devem ser amplamente discutidas em quaisquer disciplinas do Curso de Arquivologia. (Prof. – 13).

A afirmação denota que os estudos relacionados às políticas públicas arquivísticas devem permear os estudos que contemplam a formação em Arquivologia, valorizando de forma especial a temática no universo da Arquivologia.

b) “Na sua atuação como docente você desenvolve projetos sobre políticas públicas arquivísticas? Quais?”

Apesar das posições quanto a tratar do tema Políticas Públicas Arquivísticas dentro das salas de aulas, atividades desenvolvidas por 80 % dos entrevistados, esse quantitativo se transforma quando o assunto refere a projetos acadêmicos que aplique as Políticas Públicas Arquivísticas.

Nesse aspecto, são poucos os professores envolvidos. Dos 13 que responderam ao questionário, apenas 3 aplicam as políticas públicas arquivísticas em projetos acadêmicos. Os outros 10 professores responderam negativamente quanto à pergunta, o que faz compreender que não há, na maior parte dos professores, investimentos e envolvimento em projetos acadêmicos sobre o tema.

c) “Na sua atuação como docente você estimula os alunos a refletirem sobre políticas públicas arquivísticas no contexto da pesquisa e extensão? Como?”

Dos 13 professores que responderam ao questionário, 7 estimulam os alunos a refletirem sobre o tema, através, principalmente, dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, projetos de extensão, entre outros projetos: “sim,

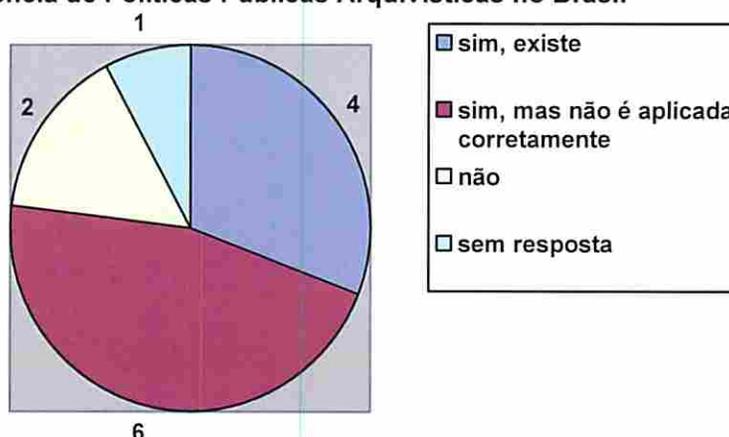
especialmente mediante o estímulo a trabalhos de conclusão de curso sobre o tema” (Prof. – 8); “sim, debatendo e estimulando a participação dos mesmos em projetos de pesquisa/extensão” (Prof. – 10); os outros 5 professores responderam que não atuam diretamente com políticas públicas arquivísticas.

Curiosamente os professores não desenvolvem projetos, mas por outro lado, estimulam e incentivam o debate acerca da temática. Isso denota que compreendem a relevância das Políticas Públicas Arquivísticas no ensino do curso de Arquivologia Brasil.

d) “Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas?”

É relevante destacar que ao questionar acerca da existência ou não das políticas públicas arquivísticas, busca-se um maior entendimento sobre o assunto, pois a grande parte da literatura a respeito do tema revela em artigos e livros, a idéia de sua não existência no Brasil.

Gráfico 6 – A existência de Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil



Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

Pelas repostas apresentadas no gráfico 6 percebe-se certa divisão entre os professores. Nesse sentido, verificou-se que entre os que responderam o questionário, existe aqueles que acreditam na existência de uma política pública arquivística. Por outro lado, há os professores que acreditam que ela exista, porém, não é aplicada corretamente, além de outros que acreditam que o assunto

abordado não exista. Além disso, houve entrevistado que não respondeu essa questão.

Entre as respostas obtidas percebemos certa conexão sobre a ligação de Políticas Públicas Arquivísticas com a legislação arquivística. O exemplo abaixo revela esta aproximação, quando o professor refere:

Sim, através da atuação de órgãos estatais, como o Arquivo Nacional, por exemplo, que buscam alternativas para sanar problemas relativos às discussões em torno da atuação do profissional arquivista na sociedade e em relação à memória de nosso país (no âmbito privado e público). Também considero que a intervenção de entidades de classe junto aos setores governamentais é uma forma de provocar a criação e/ou adaptação da legislação brasileira que está afim com os documentos e sua preservação/conservação. (Prof. – 9).

Em outras respostas a afirmação era apenas “sim” (Prof. – 4, Prof. – 6, Prof. - 7) sem nenhum tipo de complemento. Com isso, só pode-se considerar que para esses entrevistados as políticas públicas arquivísticas existem simplesmente.

Outros professores confirmam o que está apresentado na literatura que fundamenta este estudo, na medida em que, revelaram que políticas públicas arquivísticas não existem: “Não, apenas não acho que seja uma questão de ‘acreditar’. Em recente pesquisa publicada, demonstrei a inexistência da política nacional de arquivo e alguns óbices para a construção de políticas públicas arquivísticas no Brasil” (Prof. – 1).

Outros professores afirmaram que ao referir sobre as políticas públicas arquivísticas que: “trata-se de uma questão complexa para ser respondida nos limites de um questionário desse tipo. De maneira geral, é escassa a experiência brasileira sobre políticas públicas arquivísticas.” (Prof. – 8).

O que se pode considerar por meio dessas análises é que mesmo entre os educadores não existe consenso sobre as políticas públicas arquivísticas no Brasil, o que demonstra desta forma a necessidade de investigar nas Universidades os debates e discussões produzidas acerca das políticas públicas arquivísticas e sua influência no meio profissional.

Para tentar orientar este debate Jardim (2009) expõe que:

A produção e difusão de conhecimento mediante o mapeamento sistemático da diversidade arquivística brasileira poderá favorecer a ruptura com esse quadro e indicar-nos mais e melhores possibilidades no desenvolvimento de políticas públicas arquivísticas. (p. 59)

e) “Qual a relação que você acha que deveria existir entre as políticas públicas arquivísticas e os cursos superiores da Arquivologia?”

Considerando o que Jardim (2009) afirma: “A produção de conhecimento arquivístico não está mais, especialmente a partir dos anos de 1990, restrita às instituições arquivísticas. É também um dever das universidades”. (p. 50). Deve-se entender principalmente, nos dias atuais, a importância das instituições de ensino superior para a construção do conhecimento arquivístico.

Cabe enfatizar que esse questionamento associado à afirmação de Jardim, 1990, constitui o cerne desse estudo: a relação entre políticas públicas arquivísticas e o ensino da Arquivologia. Para a maioria dos professores que responderam, as universidades são os locais em que deveria ocorrer o debate e a prática para o desenvolvimento das políticas públicas arquivísticas, pois acreditam que este é o ambiente ideal para isso, como por exemplo, “os cursos de Arquivologia são os centros formadores dos profissionais arquivistas que se constituem em agentes para a proposição, definição e implementação de políticas públicas”.(Prof. – 4).

Outro professor aborda a questão com um viés mais prático:

Penso que os cursos de Arquivologia deveriam formar um Comitê de professores que atuam especificamente na área de Políticas Públicas para tentar uma representação em reunião relativa a este tema que acontecem em âmbito nacional de modo a contribuir com propostas. A presença das universidades se torna essencial, pois é no ambiente acadêmico que surgem as dúvidas e os novos pensamentos sobre a teoria e prática profissional. Com a Arquivologia não é diferente. É um ambiente propício para as novas idéias. (Prof. – 9).

Desta forma, percebe-se que todos os professores concordam que a universidade é o centro dos debates sobre as Políticas Públicas Arquivísticas e que essa tem o dever de produzir conhecimento sobre o tema.

Os cursos de Arquivologia têm um papel fundamental na formação de profissionais que consigam ultrapassar o limite tecnicista e passem a ser também construtor de conhecimento. Por isso, considero fundamental o incentivo à pesquisa nos cursos de Arquivologia. Os graduandos devem estar preparados a refletir e a propor políticas arquivísticas e não esperar que estas sejam implementadas de cima para baixo. (Prof. – 13)

Concorda-se assim com o autor Joaquim Antônio Severino (2008),

o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum predominante no seio da sociedade. É-lhe atribuída significativa participação na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, senso visto como poderoso mecanismo de ascensão social, cabendo destacada valorização para o ensino oferecido pelas universidades públicas. (p. 74)

f) “Em sua opinião, existe alguma interferência das universidades nas políticas públicas arquivísticas no Brasil? Justifique sua resposta.”

Novamente as respostas foram diferenciadas. Enquanto alguns professores afirmavam que não existe interferência das universidades nas políticas públicas, ou seja: “eu diria ausência, anomalia que deveria ser corrigida e que no Estado do Rio de Janeiro, a parceria UFF/Governo do Estado (RJ), vem mostrando a pertinência da iniciativa para otimizar o programa de gestão documental” (Prof. – 11).

Outros entrevistados afirmaram que essa interferência se dá ainda de forma inicial, como percebe-se na afirmação:

Essa questão merece ser objeto de investigação. De forma geral, é possível notar algumas indicações a respeito já que, após o aumento da produção acadêmica a respeito, o tema passou a ser mais discutido no Brasil. A própria expressão ‘políticas públicas arquivísticas’ não era utilizada até recentemente. (Prof. – 8).

Ao observar os resultados, o que se percebe é a necessidade de diálogo entre os professores dos cursos universitários de Arquivologia com os autores e instituições arquivísticas, que debatem sobre as políticas públicas em arquivos. Essa aproximação é importantíssima, e neste sentido Jardim (2009) se manifesta: “sem dúvida, faz-se necessária uma aproximação mais intensa entre estes segmentos e a Universidade, em benefício não só do ensino e pesquisa, como também um exercício da profissão pelo egresso.” (p. 41)

4.2 – Resultados e discussão: questionários aplicados aos alunos

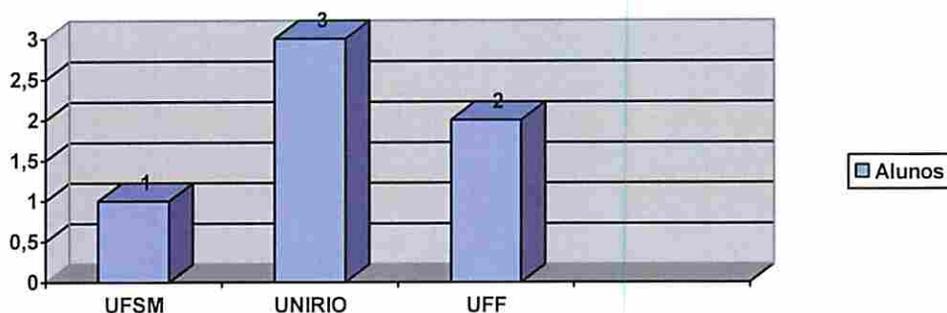
Na tentativa de compreender a discussão sobre políticas públicas arquivísticas nos cursos universitários de Arquivologia, perceber-se a necessidade de saber o que pensam professores e alunos desses cursos. Para tanto, buscam-se alunos através do mesmo método utilizado com os professores, porém, com perguntas diferenciadas. Para os alunos definiu-se sete perguntas que abordam desde sua identificação até sua percepção acerca do tema debatido neste estudo.

De um universo de aproximadamente 450 alunos que ingressaram nas universidades definidas neste estudo, no período entre 2005 e 2010, apenas 6 alunos de graduação dos cursos universitários responderam ao questionário. Dentro dessa realidade, apresentam-se as considerações existentes, reforçando a compreensão de que toda resposta deve ser considerada como uma resposta em potencial.

a) “Em qual universidade estuda?”

Para essa pergunta percebe-se no gráfico 7 as seguintes respostas: 6 alunos que responderam o questionário 1 estuda na UFSM, 3 estudam na UNIRIO e 2 na UFF.

Gráfico 7 - Universidade dos alunos entrevistados



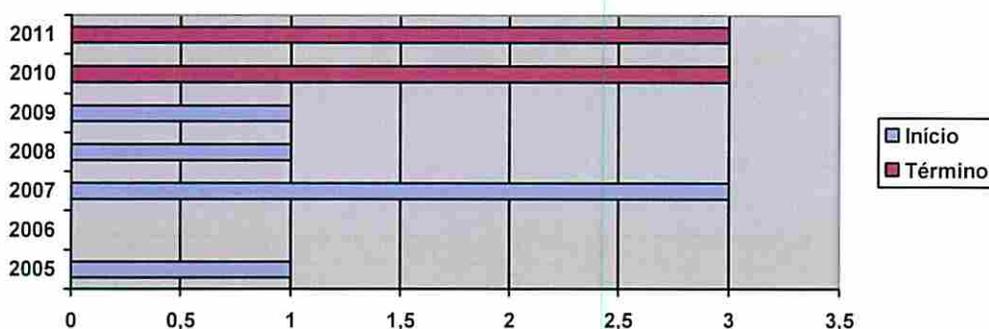
Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

Levando em consideração que poucos alunos responderam ao questionário, deduz-se que os alunos da UNIRIO foram os que tiveram maior contato com o material de pesquisa.

b) “Início e término da graduação”

Ao analisar o gráfico 8 observa-se que, os alunos ingressaram na universidade entre os anos de 2005 e 2010. Apesar da maioria dos cursos ter duração de 4 anos alguns dos alunos se formarem algum tempo depois.

Gráfico 8 - Início e Término da graduação dos alunos entrevistados



Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

Este fato pode ser considerado uma realidade como foi analisado por Gonçalves (2008),

A falsa impressão de que o estudante concluirá rapidamente a faculdade termina à medida que os alunos começam a se envolver em estágios. Este seria um dos principais motivos que levam muitos estudantes de Arquivologia a não terminarem o curso no prazo correspondente ao seu ingresso. Muitos se envolvem tanto nos seus estágios que se tornam estagiários profissionais. (p. 46)

Na ótica de Gonçalves (2008) o estágio e a proximidade com o mundo do trabalho instigam o aluno a um nível de envolvimento tal que faz prorrogar seus estudos.

c) “O que você entende sobre políticas públicas arquivísticas?”

Apesar de ter sido solicitado que registrassem suas próprias compreensões acerca do tema, alguns alunos, citaram autores para responder a questão, como por exemplo, o aluno que citou o autor José Maria Jardim para melhor explicitar seu entendimento:

Segundo Jardim (2006, p. 10) [...] entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada [...]. Isto é, o governo e as instituições arquivísticas deveriam realizar as funções de mediadores entre o cidadão e a informação cuja ação seja voltada para uma política pública da informação visando a prática da cidadania pelo o usuário. (ALUN – 1)

Porém, outro escreveu suas percepções sobre políticas públicas arquivísticas, da seguinte forma:

Políticas Públicas Arquivísticas no meu entender são diretrizes para o funcionamento de entidades públicas de arquivo. Como se fossem normas a serem seguidas pelos arquivos no funcionamento de sua administração, no papel dos seus funcionários, no atendimento aos usuários e na preservação da documentação. (ALUN. – 2)

Outro respondente, ALUN-4, afirmou que políticas públicas arquivísticas são: “Diretrizes estabelecidas pela administração pública, onde são definidos

recursos humanos, financeiros e materiais em prol de seus arquivos”. Também se registrou:

são políticas desenvolvidas na esfera do poder público que fomentam as atividades arquivísticas, bem como são imprescindíveis à implementação e desenvolvimento da Gestão de Documentos na administração pública. Exemplo: Políticas de Acesso, Política de Avaliação, Política de Descrição, etc” (ALUN – 5).

Nessas e outras afirmações percebe-se que os alunos apresentam certa dificuldade ao definir políticas públicas arquivísticas. A associação entre políticas públicas com normas e leis também é percebida neste grupo pesquisado.

d) “Na faculdade existe (ou existiu) alguma disciplina que trata (ou tratava) desse assunto? Qual o nome da disciplina e como ocorria a dinâmica?”

Um dos alunos revelou que não havia nenhuma disciplina que tratasse do tema Políticas Públicas Arquivísticas: “Não, ao longo de todo o curso¹¹ não tive qualquer tipo de contato com alguma disciplina sobre políticas públicas arquivísticas” (ALUN – 2). O interessante nessa colocação que, outro aluno da mesma universidade que também irá se formar no final de 2010, afirma que “Sim, administração de programas arquivísticos, ocorriam em aulas teóricas e pesquisas de campo em instituições arquivísticas” (ALUN - 1).

Para o ALUN – 3, “existe a disciplina de Políticas públicas da informação. Apresenta a dinâmica de debater temas a partir de textos acadêmicos voltados à área”. Outros expuseram que o assunto é tratado de forma superficial, como, por exemplo, “Algumas disciplinas já trataram do assunto, como fundamentos em arquivística, mas de forma superficial”.(ALUN – 6).

Para o ALUN – 5, a abordagem na sua formação é valorizada quando diz:

Sim. Políticas de Acesso e Pesquisa em Arquivística. Ambas as disciplinas utilizavam referências acerca de cidadania e políticas arquivísticas, bem

¹¹ É relevante informar que este aluno obterá o grau de Bacharel em Arquivologia no final do ano de 2010.

como a atuação política do arquivista e os impactos da implantação dessas políticas. Além disso, as disciplinas permitiam o debate aberto desses temas com opiniões de alunos e professores. (ALUN – 5)

e) “Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas? Justifique”

Quanto a este ponto os alunos ligam as questões de políticas públicas arquivísticas com leis e normas, como, por exemplo:

Teoricamente sim, pois há um conjunto de normas para tal fim, porém, ainda está longe de considerar que essa prática dê conta das demandas na área uma vez que a questão de políticas públicas não é somente normativa, precisa ser prática também. (ALUN – 3)

Outro aluno associou políticas públicas arquivísticas com a questão da oferta de mais vagas para arquivistas nas instituições públicas “sim, porém, de um jeito tímido, já que, o atual governo já abriu diversas vagas para o profissional de arquivo nas instituições públicas federais, estaduais e municipais.” (ALUN – 1).

Para outro houve um bom avanço, mas ainda existem muitos problemas a serem resolvidos,

Apesar de tardia, houve um grande avanço acerca de políticas arquivísticas, visando a efetivação de uma Gestão Documental nos arquivos públicos, com a promulgação da Lei nº 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivo, entretanto há um espaço muito grande entre a lei proposta e a efetivação do SINAR, visto que ainda faltam profissionais capacitados atuando na administração pública mesmo que tenham ocorrido muitos concursos, ainda faltam arquivistas atuando efetivamente nessa Gestão. Além disso, não existe padronização e, sequer, fiscalização dessas políticas. (ALUN – 5)

Essa questão, a respeito de que, ainda falta muito para se ter uma política pública ativa na área, também é opinião de outro aluno quando refere: “pode-se dizer que a Lei de Arquivos de 1991, ainda é um tanto recente, mas se faz necessário uma maior cobrança da comunidade para que isso se torne uma realidade.” (ALUN – 4).

f) “Qual a relação que você acha que deveria existir entre as políticas públicas e os cursos superiores de Arquivologia?”

Nesse ponto, os alunos que responderam ao questionário concordam que a universidade é um local de produção e disseminação de conhecimento e como tal deveria estar mais envolvida com a discussão sobre todas as questões que envolvem a Arquivologia. Exemplificando isso, o ALUN – 5 responde:

Toda! As políticas arquivísticas integram uns conjuntos de políticas públicas que visam fomentar o desenvolvimento nacional, bem como preconiza princípios institucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, principalmente, eficiência, já que a gestão documental fomenta a otimização da Gestão Administrativa Pública. Os cursos superiores devem conscientizar os futuros arquivistas, além das atividades a serem desenvolvidas dentro da gestão documental, a importância de sua atuação política no âmbito da administração pública e seus impactos sobre esta e na sociedade.

Alguns alunos aproveitaram para propor aumento do debate sobre esse assunto. Nesse sentido, ALUN – 1 expõe: “fomentar pesquisas na área e promover através da mídia a importância do estudo da Arquivologia como fonte de informação para o exercício pleno da cidadania”. Para o aluno ALUN – 3 “Os cursos superiores de Arquivologia poderiam apresentar Programas de Extensão adequados à área de políticas públicas arquivísticas.”.

Esse tipo de colocação revela que apesar das confusões que os alunos fazem a respeito do que seriam políticas públicas, eles estão interessados em aprender e vêem na universidade o lugar ideal para o desenvolvimento desse debate.

Nesse sentido, faz-se necessário provocar mudanças nas estruturas curriculares dessas universidades como enfatiza Jardim:

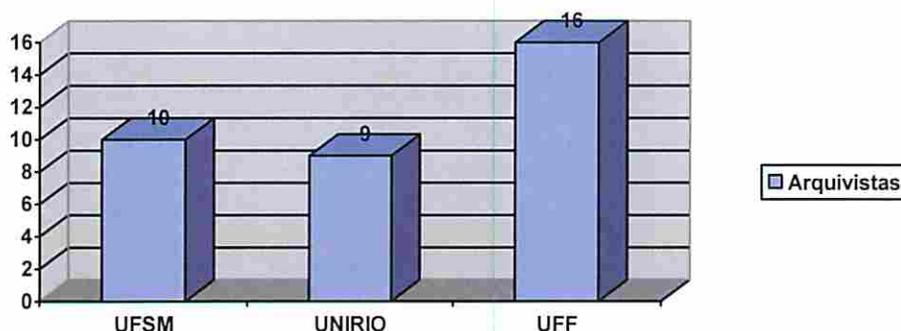
a educação de um arquivista como um especialista da informação, capaz de manejar os fundamentos da área com uma postura científica, dá lugar ao treinamento de guardadores de papéis cujo instrumental é um tecnicismo calcado no senso comum. Estaríamos, assim, na melhor das hipóteses, capacitando técnicos de arquivos e não educando arquivistas. Para tal, quatro anos na Universidade não são necessários à profissão, ao aluno e ao país. (Jardim, 1999, p. 45)

4.3 – Questionários: resultados e discussão aplicados aos arquivistas

Dos quase 475 arquivistas formados nos anos de 2005 a 2010 pelas três universidades definidas neste estudo, apenas 35 retornaram o questionário respondido.

Os arquivistas que participaram da pesquisa estão representados no gráfico 9:

Gráfico 9 – Quantitativo de arquivistas por universidade de formação



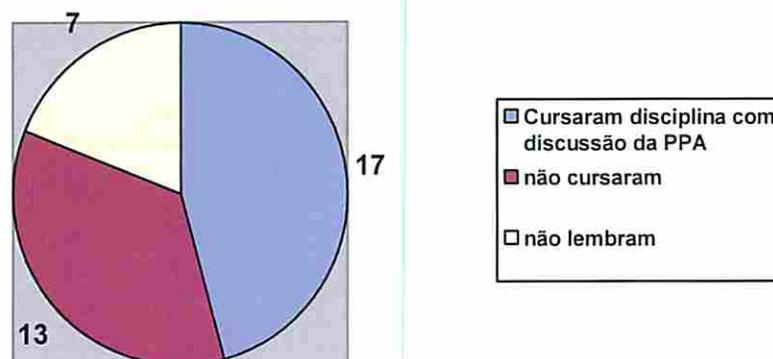
Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

O término da graduação dos pesquisados compreende os anos entre 2005 a 2009. As perguntas diferem das elaboradas aos professores e alunos. Sendo assim, as questões de pesquisa foram:

a) “No curso de Arquivologia, cursou alguma disciplina sobre políticas públicas arquivísticas? Qual o nome?”

A intenção desta pergunta era saber se os arquivistas formados tiveram algum tipo de disciplina que tratava sobre as políticas públicas arquivísticas. Neste ponto, alguns arquivistas informaram que não vivenciaram essa temática, enquanto outros responderam afirmativamente. Dessa forma, obteve-se os resultados que estão apresentados no gráfico 10.

Gráfico 10 - Disciplinas com temática sobre Políticas Públicas Arquivísticas



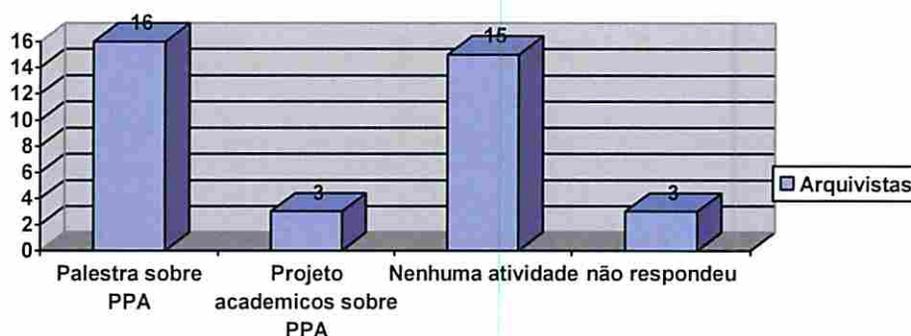
Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

b) “Durante sua formação universitária participou de palestras sobre políticas públicas arquivísticas; projetos acadêmicos sobre políticas públicas arquivísticas ou nenhuma atividade?”

O objetivo dessa pergunta era saber se o arquivista entrevistado teria participado de alguma atividade fora da sala de aula que estivesse de alguma forma vinculada ao tema desse estudo.

Nesse sentido temos os resultados no gráfico 11:

Gráfico 11 - Atividades extracurso sobre PPA



Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

Assim, o que podemos observar é que 16 arquivistas freqüentaram palestras que abordavam de alguma forma a questão das políticas públicas

arquivísticas, no entanto, 15 arquivistas responderam não terem participado de nenhuma atividade sobre o tema desta pesquisa. O mais interessante foram os comentários tais como: “Nunca gostei de matérias relacionadas a políticas públicas” (ARQ. – 1); ou “(...) porque os eventos eram focados para outro tipo de tema, não se dá a real importância que deveria a este assunto” (ARQ. – 2); e ainda: “porque no período em que eu estava cursando a graduação de Arquivologia não houve nenhum evento que eu tenha sido comunicada sobre políticas públicas arquivísticas”.(ARQ. – 3).

O que intriga nessas respostas é que de 2004 a 2006 ocorreram vários eventos em que, em algum momento, o tema políticas públicas arquivísticas foi abordado. Os eventos foram: ENEARQ – Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia (2004, 2005, 2006); em 2005, o VI Congresso de Arquivologia do MERCOSUL, em Campos do Jordão e em 2006, o Congresso Nacional de Arquivologia, sediado em Porto Alegre, citando apenas alguns eventos da área.

Sendo assim, o que se pode revelar é que dos 18 arquivistas, 15 arquivistas não participaram de nenhuma atividades e 3 não responderam, não tiveram acesso a debates ou discussões que envolvessem políticas públicas arquivísticas, portanto, podem não fazer parte dos arquivistas que vem vivenciando transformações e entendendo a nova realidade em que uma nova postura é necessária. Dessa forma, Bottino, 1999 enfatiza:

Numa analogia ao espírito renascentista, diríamos que hoje é necessário um homem eficiente e livre, com uma formação mais globalizante, fazendo da cultura e do humanismo um reforço em sua atuação. O profissional da virada do século será aquele que tiver uma visão global das coisas. (p. 120)

Neste contexto, a nova realidade e a nova postura podem ser associadas ao sujeito que tem uma visão global das coisas.

c) “O que você entende sobre políticas públicas arquivísticas?”

Analisando as respostas percebe-se que os arquivistas associaram o seu entendimento sobre Políticas Públicas Arquivísticas com várias áreas da Arquivologia. Começando com a associação a instituições públicas: “são normas

arquivísticas adotadas com o objetivo de padronizar a atuação dos arquivos públicos (entidades, ou setor estatais)” (ARQ. – 23).

Nesse sentido, observa-se que para este arquivista as Políticas Públicas Arquivísticas são aplicadas somente às instituições públicas, o que não é uma opinião isolada. Outra opinião, com o mesmo sentido, é que políticas públicas arquivísticas são o “conjunto de normas e medidas voltadas para garantir o pleno acesso das informações aos cidadãos, determinando os princípios que irão nortear os procedimentos de utilização, consulta e preservação dos documentos públicos.” (ARQ. – 9) .

Para outros arquivistas a política pública arquivística tem maior ênfase na preservação de documentos, como se percebe nas palavras:

Políticas de conservação do patrimônio arquivístico brasileiro, assim como de reconhecimento ao profissional que se dedica à proteção. Reforço para aqueles cursos existentes com vistas à implantação de cursos de pós-graduação. Legislação específica aos avanços tecnológicos. (ARQ. – 25)

Na concepção do ARQ. – 26,

tem a ver com a preservação da informação arquivística de forma contínua e em longo prazo por meio de procedimentos operacionais da gestão de documentos. Assim, entendo que para se ter a preservação das informações arquivísticas é necessária que haja políticas públicas pertinentes para que aconteça, definindo normas, procedimentos, orientações, etc.

Na percepção de ARQ. – 31, o conceito de políticas públicas arquivísticas está associado à prática oriunda somente do Estado:

entendo que políticas públicas arquivísticas são um conjunto de medidas vindas de várias instâncias do poder público que visem a concretização da gestão documental, com objetivo de disseminar a informação arquivística.

Neste sentido, ele não está sozinho, outros arquivistas que responderam o questionário partem do mesmo princípio de que somente o Estado está envolvido

com as políticas públicas arquivísticas, como confirma a declaração seguinte: “entendo que políticas públicas são todos os tipos de normas, planos e planejamento realizados pelo poder governamental com o intuito de organizar, preservar e disponibilizar a informação produzida e/ou recebida pelo poder público”.(ARQ. – 34)

Evidentemente que no meio de todas as repostas aparecem aquelas que demonstram certa falta de aprofundamento sobre o tema, como por exemplo, “entendo que seja tudo o que contribui para o desenvolvimento da profissão” (ARQ – 17); ou respostas que nos mostram que nem todos os profissionais da área estão envolvidos com o assunto em estudo, como a declaração: “Pra te falar a verdade não tenho idéia, mas acredito que sejam as políticas voltadas para o trâmite dos arquivos relacionados a administração pública. Pode ser que envolva teoria das três idades, recolhimento.. essas coisas...” (ARQ. – 1).

Mas entre tantas considerações, algumas, são bem pertinentes, como: “São planos governamentais de ação, em que envolve os direitos sociais na área arquivística, isto é, são programas de ação conjunta envolvendo todas as áreas acadêmicas e também a sociedade. (ARQ. – 7); ou “Relação entre o Estado e a Sociedade Civil para atender as demandas sociais, através de programas e ações governamentais.” (ARQ. – 2).

d) “Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas? Para você, como isso ocorre?”

Nesse ponto a intenção era saber a opinião dos arquivistas quanto à existência ou não de políticas públicas na área de Arquivologia. As respostas foram bem variadas, como, por exemplo, do ARQ. – 31: “Não. Acho que a Arquivologia nem passa na discussão das políticas públicas. Esse assunto esta começando a ser mais discutido agora. Ainda existem poucas reflexões sobre o caso”.

Para outro arquivista a questão seria,

O que existe no Brasil é uma legislação através do CONARQ, que serve como subsídio para que se implementem Políticas Públicas em âmbitos federal, estadual e municipal. Mas não uma política nacional instituída. Já trabalhei com arquivos municipais, e foram implementadas políticas arquivísticas com base nessa legislação e normatização do CONARQ. Falar de Políticas Públicas em âmbito nacional, considerando o tamanho do país e as diferenças culturais e estruturais de cada região, é um pouco complicado. Seria preciso uma atuação maior e mais efetiva do CONARQ, além da implementação do SINAR. (ARQ. – 35).

Em várias respostas as políticas públicas arquivísticas são associadas a legislação, como, por exemplo,

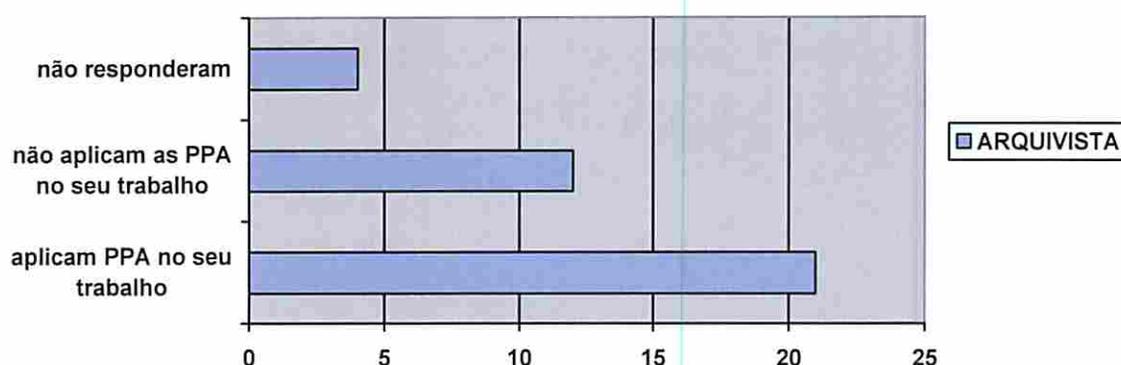
Sim. Acredito que aconteça com a atuação do Arquivo Nacional por meio do CONARQ e do SIGA, pelo desenvolvimento de instrumentos como "Classificação, Temporalidade e Destinação de documentos de Arquivo Relativo às Atividade-Meio da Administração Pública" e atualmente a consulta pública ao "Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de Ensino Superior". São instrumentos criados para padronizar/normatizar a gestão de documentos na esfera pública federal no Brasil, deste modo se trata de políticas públicas de arquivo. (ARQ. – 26)

Como também, "sim, desenvolvidas e promovidas pelo Arquivo Nacional, mesmo que muitas instituições públicas ainda não estejam cientes de tais informações e não sejam aplicadas" (ARQ. – 2). No entanto, alguns arquivistas não associam a legislação e normas com políticas públicas. Eles acrescentam que apesar da contribuição ainda não há políticas públicas arquivísticas, como pode se observar: "não, o que existe é o processo de consolidação de uma legislação para arquivos e definição de órgãos regulamentadores. Porém, não há políticas públicas que de fato assegurem o cumprimento da legislação".(ARQ. – 29).

e) "A sua área de atuação envolve as políticas públicas arquivísticas?"

Para essa questão tivemos diferentes de respostas como é apresentado no gráfico 12:

Gráfico 12 - Utilização das Políticas Públicas Arquivísticas nos locais de trabalho dos arquivistas



Fonte: Informações obtidas através dos questionários respondidos.

O que se percebe é que, apesar da confusão sobre a definição a respeito do tema desta pesquisa a maioria dos arquivistas aplica em seus locais de trabalho políticas públicas arquivísticas.

Os respondentes assim referem-se: “sim, como trabalho em uma instituição pública estou conseqüentemente envolvida com a política nacional de arquivos” (ARQ. -19); ou: “deveria envolver, por eu trabalhar com acervo de uma universidade pública” (ARQ. - 9); e “sim, trabalho numa instituição pública federal, então todo o trabalho gira nesse sentido” (ARQ. - 35).

Entre essas respostas existem algumas que demonstram uma diferenciação, como por exemplo, ARQ. - 4:

Atualmente sou bolsista e trabalho em um projeto ligado a área de preservação de arquivos científicos. Na minha atuação direta não uso da política, mas ela está aí, implicitamente em tudo. Desde o momento que o governo entende que preservar esses arquivos é importante e fomentam a minha bolsa até o momento em que eu tenho que discorrer sobre as políticas públicas arquivísticas para convencer um cientista da importância da preservação de documentos.

A reflexão acerca dessa resposta merece atenção, na medida em que, o informante numa atividade de pesquisa infere que, a política, tem marcado presença em tudo, exemplificando por meio da atividade que desenvolve e do incentivo que percebe por meio de bolsa, o quanto é significativo compreender que a política “está aí e implicitamente em tudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo, os cursos universitários como instâncias de diálogo do conhecimento, percebe-se que é de suma importância a atuação desses cursos e seus atores nas problemáticas de uma área do conhecimento. O que coloca a Arquivologia como sendo um das disciplinas que deveriam ter participação fundamental nas discussões.

Ao retomar os objetivos deste estudo é relevante registrar que foram identificadas várias barreiras para concretização dessa discussão. Em primeiro lugar a questão da literatura. A abordagem acerca das políticas públicas especificamente não foi um problema, pois esse tema é debatido há anos em várias áreas do conhecimento como Sociologia, Saúde, Educação, entre várias outras.

A questão foi encontrar na literatura esse tema vinculado a Arquivologia. Esse foi um grande obstáculo. Como todos os temas debatidos na área a questão das políticas públicas arquivísticas também sofre com pouca visibilidade literária. São pouquíssimos escritos sobre o tema e os que existem resumem-se a poucos autores. Com isso, para elaborar a fundamentação deste estudo deparou-se pouco mais do que seis autores que se citavam uns aos outros abordando o tema. Isso dificulta ter uma visão mais ampla da concepção quanto as Políticas Públicas Arquivísticas no Brasil.

Neste sentido, avaliando os objetivos deste projeto de pesquisar, o que os professores, alunos e arquivistas das três primeiras universidades pensam e debatem a respeito das políticas públicas arquivísticas podemos concluir que existe interação através desses três atores sobre o tema. Esse diálogo, tanto acontece dentro das universidades como também em locais de trabalhos.

Assim, em questões gerais, por meio da pesquisa foi possível conseguir mostraR e que, mesmo de forma incipiente, o debate sobre políticas públicas

arquivísticas existe e que, de certa forma, ajuda a contribuir para o desenvolvimento da área de Arquivologia.

Nas análises específicas do estudo contextualizar-se os cursos de Arquivologia que já se encontram em número de 16 (dezesseis) em todo o país. Nesse estudo, foram pesquisados os três primeiros cursos universitários de Arquivologia criados, situados na Universidade Federal de Santa Maria (RS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (RJ) e Universidade Federal Fluminense (RJ);

Para viabilizar a pesquisa utilizaram-se apenas essas universidades que passaram por várias mudanças para chegar às estruturas que contemplam hoje e, mesmo assim, ainda vêm buscando melhorar ainda mais suas práticas de ensino através das reformas curriculares que começaram a ser discutida em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases e que vêm favorecendo a reforma curricular dos cursos. Além disso, a institucionalização de projetos pedagógicos também merece destaque nos movimentos de caracterizar a formação discente de forma mais flexível e mais abrangente.

Na concepção dos professores, alunos e arquivistas sobre políticas públicas arquivísticas encontra-se algumas questões sobre o entendimento desses atores sobre o tema deste trabalho.

Sobre a existência ou não de políticas públicas arquivísticas no Brasil a pesquisa mostra que os professores estão divididos. Alguns apostam na existência outros afirmam que não existem. O que acaba sustentando a literatura pesquisada que também se dividem quanto a isso.

A relação dos cursos de Arquivologia com o tema políticas públicas arquivísticas todos os professores concordam que essa relação é importante, pois somente desta forma seria possível aprofundar sobre o tema. No entanto, o que se pode concluir é que existem poucas interferências das universidades no assunto. Essa falta de entrosamento acaba por tornar evidente a diferenciação de opiniões entre os professores sobre a existência de políticas públicas

arquivísticas, o que mostra ser necessário mais aprofundamento, principalmente entre aqueles que produzem conhecimento para os alunos e futuros arquivistas.

Quanto aos alunos, existe uma nítida dificuldade em definir o que seria políticas públicas arquivísticas. Porém, apesar das dificuldades em desenvolver uma definição, os alunos em suas respostas conseguiram associar o tema a questões importante que fazem parte da discussão, como, por exemplo, a legislação ou mesmo, a preservação. Essas associações por si, não são inadequadas, entretanto, faltou associar a questão social a esse debate, o que caracteriza as políticas públicas arquivísticas mais adequadamente. Isso mostra que é necessárias maiores discussões a respeito do assunto dentro e fora da universidade.

As considerações diferenciadas sobre políticas públicas arquivísticas entre os professores e alunos também chega aos arquivistas que demonstram as dificuldades em definir o tema. A associação do assunto abordado ora com legislação, ora com instituições e às vezes com a preservação o que representa a falta de uma maior análise sobre políticas públicas arquivísticas. Isso também influencia na questão da existência ou não das políticas arquivísticas que para alguns profissionais existem e são apoiados pelas legislações advindas principalmente de instituições públicas arquivísticas, e para outros as políticas públicas arquivísticas são construídos de algo ainda incipiente e que precisa ser insistentemente debatido.

A partir do que foi analisado, considerando a escassa literatura existente e o baixo índice de respostas aos questionários pode-se considerar que:

- é bastante positivo o fato de que nos últimos anos o assunto políticas públicas arquivísticas tenha estado em pauta nas discussões de congressos e encontros na área de Arquivologia. Ainda são poucos os professores, alunos e profissionais da área envolvidos com esse tema, mas o fato é que o tema em si é relevante, o que pode gerar mais diálogos e literatura. Neste sentido, sugere-se que outros pesquisadores persistam com a temática sob novos enfoques;

- outro fator positivo é que, mesmo de forma tímida e às vezes um tanto quanto deturpada, o assunto está chegando aos alunos, demonstrando que, mesmo não havendo disciplinas específicas sobre políticas públicas arquivísticas, o tema é minimamente exposto em salas de aula;
- mesmo com a pouca literatura disponível e os raros diálogos existentes sobre Políticas Públicas Arquivísticas, percebe-se que é de suma importância investir numa maior divulgação e num maior debate sobre o assunto. Mas esses debates têm que, de alguma forma, também chegar às salas de aula das universidades para que os alunos, futuros profissionais, e para que alguns futuros professores estejam envolvidos na temática;
- a universidade tem, sem dúvida, papel preponderante nesta articulação. As diferentes concepções apresentadas pelos respondentes produzem esta realidade.

As políticas públicas arquivísticas devem ser vistas como uma área importante para que assim sua definição, bases teóricas e práticas possam transformar a forma como a Arquivologia é vista e aplicada neste país.

Assim, ao concluir esta monografia, acredita-se que além de instigar novos estudos privilegiando a temática sobre políticas públicas arquivísticas, a pesquisa pode contribuir com reflexões individuais acerca do que cada um, professores, alunos e arquivistas, pensam e fazem em prol dessas políticas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O Cenário da política nacional de informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v.1 nº 1, jan-dez/ 1991. p. 47-53.

Disponível em <http://www.scribd.com/doc/574568/v-1-n-1-jan-dez-91-Amaral-A-M-B-M>- Acesso em: 16/05/2009;

AMARAL, Jefferson Ney; LOPES, Brenner. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008, p. 48;

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**;

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói/ RJ: Eduff: 1999, p.53-85;

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília: Stilo, 2008, p. 304;

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety Guerra de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba. V. 4, nº. 1, jan-abri/ 2001, p. 49-58;

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os Fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 357 p.;

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado. **Educação Sociedade**. Campinas: vol. 25, nº 88, p. 795-817, Especial – Out. 2004. Disponível em: www.cedes.unicampi.br Acesso em: 15/06/2009;

DAGNINO, Renato et al. Metodologia de análise de políticas públicas. In: _____. **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. Disponível em: <http://www.campusoei.org/salactsi/index.html>. Acesso em: 16 de maio de 2009;

FONSECA, Maria Odila Khal. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.;

FREY, K. . Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GOERGEN, Pedro. **Educação Superior: entre formação e performance.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 809-815 p., Nov. 2008;

GONÇALVES, Eliane Silveira. **O impacto do estágio no aprendizado do curso de Arquivologia: o caso da Universidade Federal Fluminense.** 2008. 47f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia) - Universidade Federal Fluminense. Arquivologia: Niterói/RJ, 2008;

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001;

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: **A formação do Arquivista no Brasil.** Niterói/ RJ: Eduff: 1999, p. 31-51.;

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990 – 1995). **Ciência da Informação** [on line]. 1998, vol. 27, n. 3, p. 00-00. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a01.pdf>. Acesso em 18/05/2009

_____. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso.** Salvador, v. 3, nº 1, abr/ 2009. p. 46-59;

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliane (org.). **Acesso à informação e política de arquivos.** Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2003;

_____. Políticas Públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo e administração.** Rio de Janeiro, v. 5, nº 02, jul/dez 2006. p. 5 – 17.;

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; GIOVANELLA, Ligia. Formação em política pública de saúde e domínio da informação para o desenvolvimento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva.** 12 (3): 601-610, 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação & Sociedade,** ano XXIII, nº 78, abril/2002;

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 182.

SCHWARTZMAN, Simon. Brazil: opportunity and crisis in higher education. **Higher Education**, 17, 1, 1988, p. 99-119;

SEVERINO, Antonio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**: editora UFPR, Curitiba, nº 31, p. 73-89;

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton, Direitos Humanos e Políticas Públicas. In: **Direitos Humanos e Cidadania**. 1. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007. 286 p;

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, 2., 2006, Porto Alegre. *Anais...*Porto Alegre: AARGS, 2006. 1 CD-ROM.

APÊNDICES

Apêndice - 1. Questionário aplicado aos professores.

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO EM ARQUIVOS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA**

TEMA: Políticas Públicas Arquivísticas e o Ensino da Arquivologia: os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**PESQUISADORA: Eliane Silveira Gonçalves
ORIENTADORA: Ms. Denise Molon Castanhos**

Este questionário tem como intuito avaliar se os cursos universitários estão atuando ou não juntos a problemática das Políticas Públicas Arquivísticas sejam através de aulas, pesquisas ou atividades aplicadas.

1. Em qual universidade atua como docente?

UFF

UFSM

UNIRIO

2. Qual sua formação?

3. Tempo de atuação como professor: _____ anos e _____ meses

4. Em que classe profissional você ocupada?

professor adjunto professor substituto

professor contratado professor D.E.

outros _____

5. Disciplina que ministra atualmente (ou neste semestre) no Curso de Arquivologia: _____

6. A temática política pública arquivísticas é abordada em sua disciplina?

sim

não.

Por que?

7. Na sua atuação como docente:

Desenvolve projetos sobre políticas públicas arquivísticas

Quais?

Estimula os alunos a refletirem sobre políticas públicas arquivísticas no contexto da pesquisa e extensão.

Como?

Constrói o conhecimento sobre políticas públicas arquivísticas para trabalhar em sala de aula.

Como?

8. Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas?

sim.

Como pensa que isso acontece? _____

não não tenho opinião formada

9. Qual a relação que você acha que deveria existir entre as políticas públicas e os cursos superiores da Arquivologia? _____

10. Em sua opinião, existe alguma interferência das universidades nas políticas públicas arquivísticas no Brasil? Justifique sua resposta.

Apêndice - 2. Questionário aplicado aos alunos.

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO EM ARQUIVOS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA**

TEMA: Políticas Públicas Arquivísticas e o Ensino da Arquivologia: os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**PESQUISADORA: Eliane Silveira Gonçalves
ORIENTADORA: Ms. Denise Molon Castanhos**

1. Em qual universidade estuda?

UFF UFSM UNIRIO

2. a) - Ano de início de sua graduação:

2005 2006 2007 2008

2009 2010

2. b) – Ano de término da graduação: _____

3. O que você entende sobre políticas públicas arquivísticas?

4. Na faculdade existe a ou existiu alguma disciplina que trata ou tratava desse assunto? Qual a disciplina e como ocorria a dinâmica?

5. Participa ou participou de alguma atividade acadêmica sobre políticas públicas arquivísticas?

6. Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas?

Sim

Não

Justifique:

7. Qual a relação que você acha que deveria existir entre as políticas públicas e os cursos superiores de Arquivologia?

Apêndice - 3. Questionário aplicado aos arquivistas.

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO EM ARQUIVOS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA**

TEMA: Políticas Públicas Arquivísticas e o Ensino da Arquivologia: os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**PESQUISADORA: Eliane Silveira Gonçalves
ORIENTADORA: Ms. Denise Molon Castanhos**

1. Qual sua Universidade de formação como Bacharel em Arquivologia?

UFF

UFSM

UNIRIO

2. Ano de término de sua graduação:

2005

2006

2007

2008

2009

2010

3. No Curso de Arquivologia, cursou alguma disciplina sobre Políticas Públicas Arquivísticas?

sim, nome da disciplina: _____

não

4. Durante sua formação universitária, participou de:

Palestras sobre políticas públicas arquivísticas

Projetos acadêmicos sobre políticas públicas arquivísticas

Nenhuma atividade. Por que? _____

5. Acredita que no Brasil existam políticas públicas arquivísticas?

sim. Como acontece? _____

não

não tenho opinião formada

6. O que entende sobre políticas públicas arquivísticas?

7. Qual a relação que você acha que deveria existir entre as políticas públicas e os cursos universitários de Arquivologia?

8. Na sua área de atuação envolve as políticas públicas arquivísticas?